



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

ROSINETE LIMA DA SILVA SÁ

**A HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DO CAMPUS DE
TOCANTINÓPOLIS EM SEUS 30 ANOS**

**TOCANTINÓPOLIS-TO
2021**

ROSINETE LIMA DA SILVA SÁ

**A HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DO CAMPUS DE
TOCANTINÓPOLIS EM SEUS 30 ANOS**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura plena em Pedagogia, creditado pela Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis, sob a orientação da Professora Doutora Francisca Rodrigues Lopes.

TOCANTINÓPOLIS, TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Biblioteca do Campus de Tocantinópolis, Tocantins – BR

Os dados aqui dentro serão feitos pela Biblioteca do
Campus depois de concluirmos a Monografia

ROSINETE LIMA DA SILVA SÁ

A HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DO CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS EM SEUS 30 ANOS

Data de Aprovação _12_/_08_/_2021_

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Francisca Rodrigues Lopes. (Orientadora)
Universidade Federal do Tocantins
Campus de Tocantinópolis - TO



Prof. Dr. Cleomar Locatelli (Examinador)
Universidade Federal do Tocantins
Campus de Tocantinópolis – TO

 Documento assinado digitalmente
Nataníel da Vera Cruz Gonçalves Araújo
Data: 25/08/2021 23:40:47-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Nataníel da Vera-Cruz Gonçalves de Araújo (Examinador)
Universidade Federal do Tocantins
Campus de Tocantinópolis - TO

“[...] ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo [...]”

(Maurice Halbwachs)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Antônio Lopes de Sá e Firmina Lima da Silva Sá, que sempre acreditaram em mim e me deram forças para seguir em frente independentemente das dificuldades que eu viesse encontrar. O apoio de vocês foi fundamental para eu chegar até aqui. O sonho de ter um ensino superior não era apenas meu, era nosso, e agora esse sonho está sendo realizado. Pai e Mãe, obrigada por tudo. Essa conquista é nossa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado a todo momento e me mantido firme mesmo diante das situações difíceis.

À Universidade Federal do Tocantins por ter me oportunizado uma graduação de excelência.

À todos os professores pelos ensinamentos que me permitiram chegar até aqui.

À professora Dra. Francisca Rodrigues Lopes, pela orientação, dedicação e compreensão na construção deste trabalho.

Aos meus pais e irmãos, por sempre estar ao meu lado me apoiando em toda minha trajetória acadêmica.

Aos meus amigos e colegas que conquistei no decorrer do Curso, que de forma direta ou indireta me ajudaram nesta caminhada.

RESUMO

O Campus de Tocantinópolis completou seus trinta anos em 2020 e o curso de Pedagogia está completando este ano também seus trinta anos de exercício de sua função de formar professores de nível superior para atuarem em prol da educação. Esta é uma história que não deve ser esquecida, por isso o objetivo deste trabalho é contar a história das lutas e desafios que o Campus de Tocantinópolis enquanto universidade pública enfrentou, apresentando os aspectos sociais e políticos que influenciaram para as conquistas alcançadas até os dias atuais. O interesse em conhecer mais a fundo a História Social e Política do Campus de Tocantinópolis, surgiu através da participação em um projeto de pesquisa sobre a memória do Campus de Tocantinópolis e do curso de Pedagogia no espaço temporal de 1990 a 2020. Para evidenciar a história buscou-se saber sobre o conhecimento e reconhecimento da população em relação ao Campus e, também, as contribuições que este tem dado à diferentes áreas não só na educação em toda a região do Bico do Papagaio. Para isso foi realizada uma pesquisa de cunho documental e de campo, através do levantamento de dados foi possível identificar os interesses que a universidade e comunidade buscam em comum, uma Universidade cada vez melhor, a qual possa oferecer uma educação para aqueles que desejam um ensino superior de qualidade.

Palavras-chave: Campus de Tocantinópolis; História; Resistência; Universidade pública.

ABSTRACT

The Tocantinópolis Campus completed its thirties in 2020 and the Pedagogy course is also completing this year its thirty years of exercise of its function of training teachers and higher education to work in favor of education. This is a story that should not be forgotten, so the objective of this work is to tell the story of the struggles and challenges that the Tocantinópolis Campus as a public university faced, presenting the social and political aspects that influenced the achievements achieved to date. The interest in knowing more about the Social and Political History of the Tocantinópolis Campus, arose through the participation of a research project on the emporia of the Tocantinópolis Campus and the pedagogy course in the time space of 1990 to 2020. To highlight the history, we sought to know about the knowledge and recognition of the population in relation to the Campus and, also, the contributions that it has given to different areas not only in education throughout the region of Bico do Papagaio. For this, a documentary and field research, was carried out, through data collection it was possible to identify the interests that the university and community seek in common, an increasingly better University, which can offer an education for those who want quality higher education.

Key words: Tocantinópolis Campus; History; Resistance; Public university.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 01: Números de pessoas que responderam ao questionário.....	54
Gráfico 01 - Questão 01.....	55
Gráfico 02 - Questão 02.....	56
Gráfico 03 - Questão 03.....	56
Gráfico 04 - Questão 04.....	57
Gráfico 05 - Questão 01.....	58
Gráfico 06 - Questão 02.....	58
Gráfico 07 - Questão 03.....	59
Gráfico 08 - Questão 04.....	60
Gráfico 09 - Questão 05.....	60
Gráfico 10 - Questão 01.....	61
Gráfico 11 - Questão 02.....	61
Gráfico 12 - Questão 03.....	62
Gráfico 13 - Questão 04.....	62
Gráfico 14 - Questão 01.....	64
Gráfico 15 - Questão 02.....	64
Gráfico 16 - Questão 03.....	65
Gráfico 17 - Questão 04.....	65

LISTA DE SIGLAS

AIEF - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

CEMED - Centro de Memória da Educação

DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da educação

MEC - Ministério da Educação

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UFNT - Universidade Federal do Norte do Tocantins

UNITINS - Universidade do Tocantins

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. O CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS: DA CRIAÇÃO À EXPANSÃO.....	17
2.1 A cidade de Tocantinópolis e a criação da Universidade para a região.....	19
2.2 Tempos de incertezas e lutas: privatização, fechamento e federalização.....	23
2.3 A criação e implementação da Universidade Federal do Tocantins - 2000/2003.....	26
2.4 A consolidação do Campus universitário da UFT em Tocantinópolis.....	30
3. OS TRINTA ANOS DO CURSO DE PEDAGOGIA FORMANDO EDUCADORES.....	35
3.1 O curso de Pedagogia e as mudanças nas Políticas de Formação.....	39
3.2 Os cursos oferecidos e os projetados pelo Campus de Tocantinópolis.....	42
4. A IMPORTÂNCIA SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS.....	52
4.1 A Pesquisa de Campo.....	53
4.1.1 - A análise dos dados coletados.....	55
4.2 Reflexões sobre os resultados.....	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
6. REFERÊNCIAS.....	71

1. INTRODUÇÃO

A história social e política do Campus de Tocantinópolis em seus trinta anos, tema deste trabalho, requer começar primeiramente pela sua localização geográfica. A região do Bico do Papagaio, situada no extremo Norte do Estado do Tocantins, faz divisa com o sudeste do Pará e sul do Maranhão, a região tem o extrativismo como uma das atividades socioeconômicas predominantes, seguido da pecuária e da lavoura.

A região é composta de grupos sociais diversificados. Indígenas, pequenos agricultores, assentados, pescadores, extrativistas, mineradores e artesãos são sujeitos residentes desta região rica em diversidade. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, apresenta dados de como se encontrava a região em 2019,

A microrregião do Bico do Papagaio apresenta uma área territorial de 15.768 km², com 196.365 habitantes. De acordo com INPE (2019), a microrregião tem 61,39% de ocupação urbana e 12,77% de desmatamento de sua floresta amazônica, além de o município de Araguatins é o que tem a maior taxa desflorestamento, com valor de 3,90%, acompanhado de Ananás com 1,80%, Itaguatins com 1,74% e Praia Norte com 1,04. (INPE 2019 *Apud* AMORIN e VIEIRA, 2020, p.150).

A região do Bico do Papagaio também foi colocada como destaque nacional devido aos confrontos que ocorreram pelo controle de terras e dos recursos naturais na região entre fazendeiros e pequenos posseiros, contribuindo bastante para a história de lutas políticas e sociais que ocorreram neste território.

Será destacado ao longo do trabalho o desenvolvimento do Campus Universitário de Tocantinópolis, desde a sua criação, no ano de 1990, pela Universidade do Tocantins (Unitins); o ano em que foi criada a Universidade Federal do Tocantins (UFT); a implantação dos cursos e a expansão do Campus, que a agora para a pertencer à recém-criada Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

As lutas e a resistência do próprio Campus juntamente com a comunidade, foram extremamente importantes para a sua permanência e expansão. São registros

que mostram hoje sua história social e política, ressaltando o quão importante foi a constituição de uma Universidade pública para a população tocantinopolina que, por sua vez, atende também as cidades vizinhas.

A partir da participação no projeto de pesquisa intitulado “A Memória do Campus de Tocantinópolis e do Curso de Pedagogia em seus 30 anos: 1990 a 2020”, surgiu o interesse em aprofundar mais os conhecimentos sobre o tema, por isso quis conhecer mais da História Social e Política do Campus de Tocantinópolis.

O trabalho coloca em evidência a contribuição da população nas lutas pela permanência, federalização, expansão e desenvolvimento do Campus e, também, para a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Assim, levantou-se como problemática de pesquisa a seguinte questão:

- De que maneira a população conhece a universidade e sabe dos benefícios dela na região? Será que a presença da universidade e do Campus de Tocantinópolis contribui para o engrandecimento da cidade?

Para responder aos questionamentos elencou-se algumas **hipóteses**:

- A população desta região batalhou junto a Universidade, para que fosse possível haver um avanço no nível educacional;
- O fato de a região do Bico do Papagaio sofrer com a falta de uma Universidade Federal, fez a comunidade despertar interesse para lutar por sua permanência;
- A importância da Universidade Federal do Tocantins na cidade de Tocantinópolis, transcende uma formação em curso superior;

O objetivo geral da pesquisa é contar a história das lutas e desafios que o Campus de Tocantinópolis, através dos seus servidores, empreendeu para a sua permanência, como universidade pública evidenciando os aspectos sociais e políticos que influenciaram para as conquistas até então, quando o Campus comemora seus trinta anos.

Objetivos específicos buscaram investigar a história da criação e da expansão do Campus; Ressaltar as lutas pela permanência do Campus em Tocantinópolis até inseri-lo no sistema federal; Destacar o papel do curso de

Pedagogia como formador de educadores para toda a região e como a base da história do Campus; Evidenciar o que a população pensa sobre ter um Campus universitário na cidade para servir toda a região.

A pesquisa para a busca dos dados aqui apresentados, se desenvolveu através de estudos bibliográfico em autores como Padovan (2005), Sousa, Santo e Pinho (2016), Locatelli et. all. (2011), Souza (2019), etc. e documental em documentos institucionais sobre a história do Campus, dentre eles os PPCs dos Cursos de Licenciaturas em Pedagogia, Ciências Sociais, Educação do Campo e Educação Física; Proposta de Implementação de Novos Cursos (2013); Plano de Desenvolvimento do Campus - PDC (2016); Projeto de Mestrado em Educação (2017). Grande parte destes documentos foram cedidos pela Secretaria Acadêmica; encontrados no acervo da Biblioteca e no acervo do Centro de Memória da Educação do Campus. A pesquisa contou ainda com entrevistas de questionários semiabertos realizados com pessoas da região.

Por se tratar de memória, faz-se necessário abordar a história social e política do Campus de Tocantinópolis, onde será possível conhecer a história passada do Campus bem como da região que o mesmo está inserido. Pois, “A missão de uma instituição se fundamenta em princípios que orientam as suas ações, é o que caracteriza a sua visão de mundo, seus valores e fortalece a sua identidade social, [...]” (Plano de Desenvolvimento do Campus - PDC (2016, p.11). Por isso é interessante levar em consideração todo o contexto regional para que assim seja possível desenvolver cidadãos com princípios e valores, onde possam enfrentar as mudanças sociais com seriedade e comprometimento.

Para chegar no contexto atual, o Campus passou por várias transformações, conforme apresentado no PPC do curso de Pedagogia, “o Campus de Tocantinópolis teve origem em 1970 como Centro de Formação de Professores Primários (CFPP)” (PPC, 2007, p.17). De lá para cá as mudanças vieram acontecendo conforme as necessidades viessem surgindo, corroborando cada vez mais para o desejo de uma Universidade melhor nesta região.

Segundo Padovan (2005, p. 47), um momento que marcou bastante a história da região, foi a implantação do Centro de Formação em Tocantinópolis em 1971, no

qual funcionou até 1991, onde atendeu cerca de 1.378 alunos e professores vindos também de outras localidades. “Em 1990, o CFPP interrompeu suas atividades de habilitação e formação de professores para a educação básica, transferindo parte de sua estrutura física e mobiliária para a recém-criada Universidade do Tocantins (UNITINS)[...]” (PPC, 2007, p.17) Padovan (2005, p. 48) afirma que “[...] através de sua trajetória histórica presente nas mudanças e ao mesmo tempo nas permanências, que Tocantinópolis vivenciou e acumulou múltiplas experiências no que se refere à educação [...]”.

O Projeto de Pós-Graduação em Educação (2017, p. 5) assinala que, embora “Criada no ano 2000, a UFT precisou de alguns anos de regularização e organização internas até iniciar, de forma autônoma, as suas atividades, o que se deu a partir de maio de 2003, [...]”, quando os primeiros professores efetivos foram empossados, onde também foi executada a primeira eleição para diretores do Campus.

É possível perceber que o Campus contribui positivamente para a população, tendo a possibilidade de haver mais profissionais capacitados para o mercado com as graduações que são oferecidas pela Universidade, como por exemplo, a Licenciatura em Pedagogia, um abrangente curso onde oferece “um amplo campo de atuação profissional para o licenciado em pedagogia que excede significativamente o exercício da docência[...]”. (PIMENTA et al., 2017).

No decorrer da pesquisa será possível perceber o quão grande é a importância de conhecer a história passada do Campus de Tocantinópolis, e compreender ainda que essa história pode ser conhecida e revivida de várias maneiras através da rememoração que é possível por meio de diferentes tipos de registros. Como assinala LE GOFF:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1924, p. 419).

Apresentar a história do Campus de Tocantinópolis é relembrar toda a trajetória que o mesmo percorreu até chegar aos dias atuais. Isso é possível através de registros documentais os quais trazem apontamentos e registros essenciais para

uma melhor compreensão histórica. A história do Campus de Tocantinópolis é marcada por muitas lutas.

A pesquisa está organizada através de estudos bibliográficos, documentos institucionais e entrevistas de questionários semiabertos. O trabalho possui três capítulos os quais apresentam toda a trajetória da evolução do Campus. O primeiro capítulo irá apresentar as considerações iniciais da história dos trinta anos do Campus, desde a criação do Campus, elucidando todo o percurso percorrido até sua expansão.

O segundo capítulo irá falar sobre a luta pela permanência do campus UFT de Tocantinópolis, explanando as mudanças que ocorreram nas estruturas curriculares dos cursos e, também, como e quando ocorreu a criação e implementação da Universidade Federal do Tocantins em Tocantinópolis.

O terceiro capítulo trará a abrangência numérica de pessoal (servidores e acadêmicos) e resultados de uma pesquisa que foi realizada com estudantes, comerciantes, profissionais da educação, políticos da região e outros participantes da sociedade civil.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo contexto da pandemia da Covid-19, que dificultou consideravelmente a busca de dados, tanto os documentais quanto às entrevistas, considera-se que o trabalho seja positivo e que contribui para trazer à tona informações preciosas e reflexões sobre a existência do Campus e do curso de Pedagogia em seus trinta anos.

2. O CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS: DA CRIAÇÃO A EXPANSÃO

O Campus de Tocantinópolis comemorou, em 2020, trinta anos de criação e do desenvolvimento de atividades educacionais na cidade de Tocantinópolis e, nesse longo período de existência, passou por diversas mudanças, tanto na sua concepção e finalidade como na sua organização de pertença. Estas mudanças, porém, não se deram passivamente, antes foram marcadas por intensos movimentos de lutas, dentre elas, a luta pelo não fechamento do Campus, a luta

pela não privatização e a luta pela federalização. E depois de passar para o sistema federal, outras lutas vieram: luta pela ampliação de sua estrutura física, luta por códigos de vagas para docentes, luta pela criação de novos cursos e um novo campus e, por último, a luta para a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT, a partir do desmembramento dos Câmpus de Araguaína e Tocantinópolis, dos demais Campi da UFT.

O que marcou a história do Campus, não foram somente instabilidades, lutas e desafios, sua história também é marcada por sólida concepção de formação de educadores, conquistas, vitórias e comprometimento de seus servidores. Apesar de inserido em uma região árida, a participação da sociedade e de representantes políticos contribuíram para que o Campus se tornasse a representação de um bem precioso para toda a região.

Dessa forma, a criação de um Campus universitário em Tocantinópolis veio para atender as particularidades que a região do Bico do Papagaio traz em sua história, como também evidenciar, através da produção acadêmica, a diversidade cultural, os recursos naturais e os grupos sociais que vivem na região. É, também, segundo o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia, um grande destaque para “a cidade de Tocantinópolis que, desde 1990, é sede de um campus universitário, começando pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) que, desde então, oferece o curso de Pedagogia, Licenciatura para formação de professores da educação básica”. (PPP, 2007, p. 25).

O início de tudo se deu há trinta anos e, desde então, se iniciava as lutas para a permanência e o crescimento do Campus que, com muito esforço dos próprios servidores do Campus e da comunidade em geral, foi possível chegar à posição que hoje se encontra. Assim, mesmo havendo muitas conquistas a serem alcançadas, o fato de o Campus permanecer e se expandir pode ser visto como uma grande vitória para a região. Portanto, essa história precisa ser registrada, precisa ser documentada, e é o que se pretende fazer, neste trabalho, para que não fique só na memória de quem aqui viveu por um tempo.

É importante destacar que as informações trazidas nos tópicos a seguir, foram extraídas principalmente de documentos institucionais, tais como: O Projeto Político

Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPP, 2007); O Plano de Expansão do Campus (Proposta de Implementação de Novos Cursos, 2013); O Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC, 2016); O Projeto de Mestrado em Educação (2017).

2.1 A cidade de Tocantinópolis e a criação da Universidade para a região

O estado do Tocantins, que foi criado em 1988¹ a partir do desmembramento do Estado de Goiás, tem mostrado estímulo demográfico equilibrado, em massa, por meio dos fluxos migratórios regionais. A área territorial do estado, segundo o IBGE (2019) é de 277.4666,763 Km², e a população estimada, no ano 2020, foi de 1.590.248 habitantes e, se for comparada com os dados coletados do censo de 2010 (que apresentou uma população de 1.337,551), é possível perceber que houve crescimento populacional significativo.

De acordo com o Projeto Pedagógico do curso (2007, p. 23), a população do Tocantins é formada, em grande parte, por migrantes, cuja média de cidadãos provenientes de outros estados é de 35,1%, informa, também, que a população do estado é uma população jovem. Neste mesmo sentido, a Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, ressalta que estado do Tocantins apresenta uma diversidade cultural bastante relevante:

[...] As comunidades indígenas também compõem o contingente populacional do estado; [...]. As comunidades quilombolas também fazem parte desse cenário, compondo o quadro da diversidade local, que demanda um olhar diferenciado para as políticas públicas da região e compõe um rico ambiente de pesquisas no campo das ciências humanas em geral e das Ciências Sociais em particular. (Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, 2013, p. 13).

Por ser o estado mais novo do Brasil, pode ser que tenha trazido contribuições ao que se refere a diversidade como um ponto característico do estado. Essa pluralidade por sua vez são ricas fontes de pesquisas como já foi mencionado, podem ser citados como exemplos, a cartilha “*Os territórios quilombolas no Tocantins*”², a qual traz a história dos quilombolas, dos seus direitos

¹ Foi pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 05 de outubro de 1988, que nasceu o Estado do Tocantins. (Adetuc.to.gov.br).

² Cartilha reproduzida em agosto de 2012 pelo APA-TO (Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins).

e, também, de suas lutas territoriais e o artigo “*Perspectivas históricas sob a perspectiva dos Apinaje*” de Giralдин e Apinagé (2019). Ambos os documentos apresentam elementos sobre a cultura desses povos, seus costumes, suas crenças etc.

A Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis (2013, p.16), traz informações de que o Tocantins tem seu histórico como líder em vendas no comércio varejista no ano de 2011, com base em pesquisas do IBGE, e que já foi também considerado um dos principais produtores de energia elétrica do país e um “grande potencial turístico da Região Norte”.

No tocante à educação, o novo estado, embora tivesse colégios com forte tradição em educação básica e excelência na oferta do ensino médio, nascia desprovido de uma universidade pública e gratuita. Dessa maneira, aquelas famílias mais abastadas mandavam seus filhos para os centros mais próximos – Goiânia, Brasília, São Luiz e Belém do Pará – para cursarem ensino superior. Para suprir essa lacuna, o estado passou a gestar o projeto de criação da Universidade do Tocantins – Unitins, a qual foi implantada, em fevereiro de 1990, por meio do Decreto 252/90. A estrutura da universidade incorporava as faculdades de Araguaína³ e de Porto Nacional e criava mais três Centros de Extensão: um na cidade de Arraias, um na cidade de Guaraí e outro na cidade de Tocantinópolis.

A cidade de Tocantinópolis, era a mais promissora dentre as cidades da região do Bico do Papagaio, devido a sua localização e história política e cultural. Na Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

[...] o Bico do Papagaio é nacionalmente conhecido por históricos conflitos e barbáries praticados com a população que aqui se formou a partir da década de 50, do século passado, marcadamente índios e posseiros. O Estado do Tocantins, além de ser nacionalmente conhecido por ter os índices mais baixos de escolarização, por falta de assistência à saúde, pelo índice de mortalidade infantil, e, especificamente na região do Bico do Papagaio, por assassinatos no campo, pelo assassinato do Padre Josimo e muitas lideranças; pela guerrilha do Araguaia; também é nacionalmente conhecido pela forte e ainda existente política do coronelismo e do oportunismo de determinados grupos políticos.[..] .(Proposta de

³ Trata-se da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína (Facila) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Porto Nacional (Fafic), que estavam em funcionamento no Estado desde 1985.

Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, 2013, p. 19).

De acordo com dados do IBGE de 2020, Tocantinópolis possui uma população estimada em 22.845 pessoas. Conforme dados coletados no Portal Brasileiro de Dados Abertos, Tocantinópolis em 2020, traz um número de 9.101 pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, o município conta com 2.329 famílias beneficiadas pelo *Programa Bolsa Família* conforme os números de 2021.02.

No entanto, o Censo de 2018 apresentou o PIB per capita de Tocantinópolis em acelerada ascendência, de maneira que, em oito anos quase dobrou de tamanho. E, de acordo com Lima (2021), um dos principais indicadores da economia brasileiro é o PIB, o qual funciona da seguinte forma:

[...] se o PIB cresce é sinal de que a economia está indo bem, que as taxas de desemprego estão baixas e que a população está com dinheiro no bolso para gastar. O inverso também acontece: quando o PIB cai, se acende um sinal vermelho para a economia do País. (LIMA, 2021, s/p.).

A Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, explicita a relevância de se tentar para os dados do PIB:

Muito embora os dados relativos ao PIB Per Capita sejam pouco elucidativos para analisar os perfis socioeconômicos, uma vez que não contempla o modo como a renda bruta é dividida entre os membros da população e, por conseguinte, também não retrate a concentração de renda, eles somados às informações anteriores podem ajudar a definir a posição de Tocantinópolis na economia regional e do Estado do Tocantins. (Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, 2013, p. 43).

No entanto, o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia (2007) aponta que, já naquela época, mais da metade da população vivia em situação de pobreza, isto é, população que vive com um valor igual ou menor do que meio salário mínimo per capita/mês. A região do Bico do Papagaio, por ser uma região que sofreu, por anos, de isolamento social e político, uma das causas das desigualdades é o grande índice de analfabetismo presente em todos os municípios.

Em relação ao ensino superior público no Estado e na região do Bico do Papagaio, destaca-se a cidade de Tocantinópolis que, desde 1990, é sede de um campus universitário, começando pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) que, desde então, oferece o curso de Pedagogia,

Licenciatura para formação de professores da educação básica. (PPP, 2007, p. 25).

De fato, embora as desigualdades sociais sejam uma marca na maioria das cidades brasileiras, Tocantinópolis sempre fora uma referência no contexto educacional, como descrito no Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia, (2007, p. 25). Portanto, segundo Padovan (2005), a Formação de professores na região do Bico do Papagaio, proporcionou grande relevância para o campo educacional no cenário histórico em que o Campus se encontra.

A implantação do Centro de Formação em Tocantinópolis⁴, no ano 1971, cidade situada no extremo Norte do Estado de Goiás representou um marco histórico para a região, uma vez que a expressiva distância entre o extremo Norte e a capital do Estado dificultava o acesso às reformas educacionais, sobretudo na conhecida região do Bico do Papagaio, marcada historicamente pelos elevados índices de analfabetismo e carência nas estruturas sociais básicas, as quais mantêm a região atualmente como um dos locais que apresenta um alto índice de pobreza social, favorecendo com que a educação ainda seja um dos setores expressivos de investimento. (PADOVAN, 2005, p. 47).

Complementando, Sousa, Santos e Pinho (2016), afirmam que a estrutura deste cenário educacional, como espaço de Formação de Professores, foi estabelecida num período que nem mesmo o Tocantins, como estado da República Federativa do Brasil, existia. Porém,

Em 1990, o CFPP interrompeu suas atividades de habilitação e formação de professores para a educação básica, transferindo parte de sua estrutura física e mobiliária para a recém-criada Universidade do Tocantins (UNITINS) que, de certa forma, continuou formando professores, todavia em nível superior, ofertando o Curso de Pedagogia. (PPP, 2007, p.17).

E assim, pelo Decreto estadual nº. 252 de 21 de fevereiro de 1990, disposto na Lei nº 136/90, o Campus de Tocantinópolis teve sua instalação configurada no antigo Centro de Formação de Professores Primários (PPC, 2007, p.17). Sousa, Santos e Pinho (2016) afirmam que “após ser inserido como componente da recente criada UNITINS, o Câmpus integra em sua proposta de formação o curso de Pedagogia, que constitui o pioneiro nesse período de institucionalização.”

⁴ Centro de Formação de Professores Primários (CFPP).

Dessa forma, o histórico do Campus de Tocantinópolis tem uma contribuição significativa para a implantação de uma universidade pública, na qual por sua vez vem traçando uma linda história de dedicação e conquistas em sua trajetória de trinta anos. Entretanto, ao longo destes anos muitas lutas foram empreendidas para garantir a manutenção do Campus e dos cursos.

2.2 - Tempos de incertezas e lutas: privatização, fechamento e federalização.

Antes de passar para o sistema federal de ensino, o Campus de Tocantinópolis, e outros Campi criados pela Unitins, passaram por várias mudanças em suas estruturas e organizações, o que provocou momentos de grandes instabilidades e de reivindicações. Tais movimentos possibilitaram o avanço da universidade, o redirecionamento de sua organização e a criação da Universidade Federal do Tocantins, sem que, com isso, a Unitins, deixasse de existir.

Cassimiro (1996), diz que o processo de criação da Universidade do Tocantins (Unitins) levou em consideração alguns problemas que vinham sendo vivenciados pelas universidades brasileiras, dentre eles, dentre eles, destaca-se o nível insatisfatório de conhecimentos por parte dos estudantes do 3º grau, em decorrência da má qualidade do ensino básico, notadamente dos alunos originários de escolas públicas e a excessiva dependência de recursos financeiros provenientes dos cofres públicos, mormente pelas universidades autárquicas mantidas pelo Governo. (p. 127)

Ainda de acordo com Cassimiro, primeiramente foi criada a Fundação, em 1989, com o objetivo de:

instalar e manter a Universidade do Tocantins, da qual se constituiria, então, sua entidade mantenedora. Era, pois, fundamental que a fizéssemos uma entidade rida, capaz, a médio e longo prazos, de gerar recursos financeiros para a tender às necessidades materiais e humanas da Universidade, dando-lhe condições de desenvolver-se em suas finalidades específicas, livre dos embaraços comuns às suas congêneres e, mais, da influência político-partidária, tão comum em um Estado em seu nascedouro, como era o caso do Tocantins. (CASSIMIRO, 1996, p. 128).

No entanto, quando passou a funcionar, a Unitins, autorizada pela Lei 326/91, de outubro de 1991, foi estruturada em forma de autarquia e, somente cinco anos depois, foi que a Lei 872 de novembro de 1996, determinou o processo de extinção da autarquia. Na sequência, no mesmo ano e mês, a Lei 874/96 autorizou a criação da então Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), como uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tendo sede e foro em Palmas, capital do Estado. (Portal Unitins).

Essas mudanças na natureza, trouxeram mudanças também para a vida dos acadêmicos e para permanência destes na universidade, como, por exemplo, a cobrança de mensalidades, a partir de 1996 e, daí em diante, outras mudanças foram ocorrendo. Uma delas foi um processo de **privatização** que se intensificou nos anos seguintes⁵, desencadeando o primeiro movimento de luta pelos estudantes em todos os campi do estado. Em Tocantinópolis principalmente, visto que o Campus atendia toda a região do Bico do Papagaio⁶.

Como já foi possível perceber, a história do Campus de Tocantinópolis mostra que a luta e persistência de alunos, professores, servidores e toda a comunidade contribuiu para a continuidade de oferta de uma educação pública e de excelência para a população tocantinopolina e cidades circunvizinhas, conforme acentua, Souza (2019).

Ao longo do século XX, as lutas pelo direito à educação pública, de qualidade, laica e gratuita são materializadas em diversas manifestações e movimentos, como Pioneiros da Educação, movimentos populares urbanos de lutas por escola, movimentos de educação popular, entre outros. (SOUZA, 2019, p. 3).

Como pode se perceber, não é de hoje que a população enfrenta vários desafios para fazer valer seus direitos à educação pública, havendo muitas vezes a necessidade de movimentos para que sejam notados e seus direitos passem a ser reparados. Alvo de mudanças constantes no cenário do ensino superior gratuito, o

⁵ Os documentos institucionais, já citados e consultados para esta pesquisa, datam o ano de 1998, como o ano em que marca a luta contra a privatização e o ano de 1999, como o ano que desencadeou o Fórum de luta para permanência do Campus de Tocantinópolis.

⁶ Sem dúvida alguma estes acontecimentos merecem ser bem mais detalhados, ou melhor, só eles já dariam um grande estudo, porém não é objetivo deste trabalho aprofundá-los neste momento.

Campus de Tocantinópolis, juntamente com demais Campus também do interior, foram foco de movimentos formados com o intuito de barrar algumas mudanças que excluiria muitos da universidade.

O principal objetivo dessa atitude consistia em unificar nos grandes polos (cidades) os cursos, como forma de tornar a instituição mais atrativa, pois a proposta do governo era privatizar a UNITINS enquanto instituição de ensino superior. (SOUSA et al., 2016, p.186).

Com o movimento ocorrido em 1998 (a cobrança de mensalidades por parte da UNITINS foi um dos motivos que estimulou essa movimentação) contra a provável **privatização** da Universidade, fortaleceu as reivindicações para a federalização da Unitins, o que, mais tarde, levou a criação da Universidade Federal no estado do Tocantins, envolvendo o Campus de Tocantinópolis que, naquela época, era a única universidade pública e gratuita da região.

Essa privatização, caso viesse acontecer, significaria para muitos de nós, acadêmicos na época, a interrupção do sonho de concluir o ensino superior, até porque a condição financeira da maioria das famílias não permitiria pagar mensalidades. (PEREIRA, 2011, p. 113).

Deste modo, pode ser evidenciado o quão relevante foi a participação de cada um que teve comprometimento nas ações junto ao movimento que depois de uma dura jornada, a luta por uma universidade pública e gratuita foi concluída com sucesso. As mensalidades cobradas pela UNITINS e o projeto de privatização foram cessadas. Porém, algo ainda pior viria: o projeto, em 1999, de **fechamento** de alguns campi, dentre eles o Campus de Tocantinópolis, o que desencadeou uma luta ainda maior.

Pode ser observado que havia altos interesses acerca do **fechamento** do Campus, os quais não eram em prol da população e sim do “mercado por parte do poder estadual” (SOUSA et al., 2016, p.186) e graças ao enfrentamento constituído pela comunidade, o Campus permaneceu e continuou atendendo às necessidades educacionais desta região.

O movimento contra o fechamento do Campus provavelmente foi o maior desafio, até então. Os organizadores do movimento, formado por estudantes, professores, políticos, religiosos e sociedade jurídica e civil, criaram um fórum,

intitulado “Fórum de luta pela permanência do Campus de Tocantinópolis”, a partir do qual foram desencadeadas uma sequência de atividades em várias cidades por todo o estado, principalmente as cidades da região do Bico do Papagaio que eram atendidas pelo Campus de Tocantinópolis.

Sobre o fórum de lutas pela permanência do Campus de Tocantinópolis, há um pequeno acervo composto de documentos, gravações em VHF e UHF, disquetes e recortes de jornais e fotografias, no Centro de Memória da Educação (CEMED) do Campus de Tocantinópolis. Além disso, tem sido tema de trabalhos acadêmicos como, TCCs, artigos em periódicos, textos jornalísticos, capítulos de livros dentre outras produções.

A partir do momento em que o Campus permaneceu, para assim continuar servindo a comunidade tocantinopolina e regiões vizinhas, uma nova luta se iniciava: a luta pela **federalização** da Unitins. Acreditava-se que muito já tinha sido conquistado até aqui, mas não havia espaço para deixar-se acomodar, pois, “A luta pela permanência do Campus de Tocantinópolis deve ser cada vez maior, pois a população sabe da necessidade dos jovens daquele município, bem como dos municípios vizinhos” (BEZERRA, 2012, p.103). Esse/a autor/a não está nas Referências.

A luta pela federalização da Unitins envolveu, novamente, todas as categorias da universidade e a comunidade em geral. Foi também muito intensa, de maneira que muitos alunos acamparam em frente ao palácio do governo do estado e lá permaneceram até que foram recebidos pelo governador. Esse movimento levou não à federalização da Unitins, mas à criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e tudo isso se tornou extremamente relevante para os avanços que vieram posteriormente.

2.3 - A Criação e implantação da Universidade Federal do Tocantins - 2000/2003

Levando em consideração toda a trajetória concebida pelo Campus desde 1970, no qual teve a missão de formar com excelência vários profissionais da

Educação, torna-se altamente significativo que sejam realizados estudos acerca das memórias e histórias que ocorreram durante essas quatro décadas.

Dentro desse período surgiram vários objetivos pelos quais a Universidade e a comunidade em geral traziam consigo o desejo de serem realizados. Muitas dessas metas já foram alcançadas, como por exemplo, a implantação do Campus de Tocantinópolis, no qual veio atender as particularidades que a região do Bico do Papagaio possui em sua história, como bem a diversidade cultural, os recursos naturais deste lugar e os grupos sociais que ali vivem. O início de tudo se deu há trinta anos quando o Campus era Unitins:

[...] a cidade de Tocantinópolis que, desde 1990, é sede de um Campus universitário, começando pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) que, desde então, oferece o curso de Pedagogia, Licenciatura para formação de professores da educação básica. (PPC, 2007, p. 25).

Desde então se iniciava as lutas para o crescimento e permanência do Campus, que com muito esforço do próprio Campus quanto da comunidade em geral foi possível chegar à posição que hoje está mesmo havendo muitas conquistas a serem alcançadas, o fato do Campus permanecer e expandir pode ser vista como uma grande vitória para a região.

O Campus universitário de Tocantinópolis, situado no extremo Norte do Tocantins é geograficamente localizado à distância de 517 km da capital do Estado (Palmas), constituindo-se, a partir de 2000, como um dos polos da Universidade Federal do Tocantins, instituição de natureza jurídica pública. Todavia, a configuração desse contexto educacional como espaço de formação de professores é datada no ano de 1971, período que nem mesmo o Tocantins como estado da República Federativa do Brasil existia. (SOUSA et al., 2016, p. 183).

O PDC (2016, p. 10), registra a intensa movimentação, ocorrida em 1998, contra uma possível privatização da universidade, a qual foi retida pela Lei nº. 1.042/98 que ampliou o prazo de extinção da autarquia por um período de oito anos. Porém o Campus continuou sendo espaço de instabilidade, e outras dificuldades advieram. De acordo com SOUSA (et al., 2016), o fechamento do Campus não ocorreu porque houve grande empenho da comunidade dentro dos movimentos:

Tendo por base o conhecimento dessa intenção de privatizar a universidade, que avançava cada vez mais rumo ao fechamento do Campus, a comunidade tocanopolina estruturou a luta por sua permanência, levados

por entre outros motivos, pela compreensão de sua importância para a região, uma vez que se apresentava como referência no âmbito da formação superior, inclusive atendendo alunos de diversas cidades circunvizinhas. (SOUSA et al., 2016, p. 186).

Até então, o quadro regional do Bico do Papagaio não contava com o aspecto educacional que se encontra hoje. No artigo “História e memória no contexto de federalização Unitins/UFT: a luta por uma instituição pública e gratuita no norte do Tocantins” de SOUSA (et al., 2016), pode ser encontrado o seguinte esclarecimento:

Todo esse fervilhar de ações, que se configurava na estrutura interna do Campus, desenrolou um terreno de reivindicação naquela região, demonstrando a força do movimento que contribuiu para a permanência de uma instituição de ensino superior no interior do Tocantins. Instituição essa que atuava na formação de professores, para o cumprimento da demanda de profissionais para a rede pública de distintas localidades. (SOUSA et al., 2016, p. 187).

Mais adiante, as mesmas autoras apontam as mudanças que o Campus de Tocantinópolis foi sofrendo ao longo do tempo:

[...] o Campus de Tocantinópolis que já participara de um efervescente processo de luta por sua permanência no ano de 1999, em 2000 intensifica as ações, agora em âmbito estadual, pela transformação da Universidade do Tocantins em uma universidade de natureza jurídica pública, gratuita e sob a responsabilidade da União. (SOUSA et al., 2016, p. 187)

A luta por uma Universidade pública e gratuita teve sucesso devido ao apoio popular e às “manifestações principalmente por parte do corpo discente, a busca por esse objetivo foi ganhando força e constituindo bandeira de luta de entidades estudantis, como o Diretório Central dos Estudantes (D.C.E) e Centro Acadêmico (C.A).” (SOUSA et al., 2016, p. 190). E, continuam as autoras, “Desse modo, após um período intenso de ações organizadas, o movimento por uma universidade pública e gratuita finalmente teve êxito. A UNITINS não mais cobraria mensalidade, bem como foi interrompida a proposta de sua privatização.” (SOUSA et al., 2016, p. 191).

Como já foi dito, os resultados que hoje a comunidade possui, foram frutos de muito esforço. SOUSA, (et al., 2016), relatam o percurso ocorrido na época em busca do direito de uma Universidade pública e gratuita:

[...] a luta pela permanência do Campus (1999), e o movimento de federalização (2000), cujo objetivo emanava na criação de uma universidade de direito público e gratuita no Estado do Tocantins, que até então se constituía como único território da Federação que não possuía em sua conjuntura uma instituição de nível superior de direito público e de responsabilidade federal. (SOUSA et al., p. 185).

Prosseguindo, Sousa, Santos e Pinho (2016), trazem mais esclarecimentos acerca do movimento de 1999:

Assim, como movimento antecessor àquele que futuramente desencadearia a luta pela chamada federalização, organizou-se na realidade do Campus interiorano de Tocantinópolis, um movimento da comunidade acadêmica (docentes e discentes) em parceria com membros da sociedade civil, em prol do não fechamento desta localidade educacional. Essa organização, realizada no ano de 1999, aconteceu em virtude do contexto político regional que ensejava o fechamento dos Campus [...] (SOUSA et al., p. 185).

Toda essa luta, impediu o fechamento do Campus e a sua permanência até ser incorporado pela Universidade Federal do Tocantins criada no ano de 2000 como mostra a Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis de 2013:

Em 2000 a Lei 10.032 de 23 de outubro cria a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e começou o processo de negociação entre a Unitins e a UFT, cujo acordo de cooperação foi celebrado em 2002, sendo que a Unitins repassaria parte de suas instalações, cursos e corpo docente à UFT, que passou a implementar suas atividades definitivas nos *Campi* a partir de 2003 com a posse dos primeiros servidores concursados propriamente pela UFT. (Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, 2013, p. 4).

O Campus da UFT passou a executar seu ofício definitivamente, a partir de 2003 quando os primeiros servidores concursados propriamente da UFT tomaram posse. Porém o acordo colaborativo ocorreu no ano anterior, 2002, onde a Unitins passaria parte de suas instalações, cursos e corpo docente à UFT, dando assim continuidade nos exercícios acadêmicos

[...] nessa época, o Campus de Tocantinópolis oferecia o curso de Pedagogia com habilitação em administração educacional e o curso de Normal Superior com habilitação em docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil. A escolha da habilitação do Curso Normal Superior ocorria no ato da inscrição do vestibular. (LOPES et al., 2011, p. 49).

A partir de sua implantação, o Campus começou a progredir trazendo consigo mudanças também na estrutura curricular do curso de Pedagogia e a possibilidade de ofertar à população mais cursos de graduação e o aumento na estrutura física do campus, iniciando-se assim um processo de **expansão** do campus

2.4 - A Consolidação do Campus universitário da UFT em Tocantinópolis.

Foi diante dessas circunstâncias mencionadas nos acima que a UFT se estabeleceu, uma Universidade empenhada em oferecer novos caminhos para educação:

[...] como instituição de ensino superior preocupada com a criação de novas oportunidades educacionais numa perspectiva que considere a excelência, num processo formativo dinâmico que amplie o acesso a atividades artísticas, aos intercâmbios culturais, às experiências formativas múltiplas capazes de possibilitar a formação cidadã, que se compatibilize com o desenvolvimento nacional com ênfase em valores éticos. (Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, 2013, p. 16).

O processo de transição de um sistema para outro durou até maio de 2003, quando os primeiros servidores docentes e técnicos concursados pela Universidade Federal do Tocantins tomaram posse. 15 de maio é a data em que a UFT comemora sua total instalação e autonomia.

Até 2006, o Campus de Tocantinópolis oferecia apenas o curso de Licenciatura em Pedagogia, em 2007 passou a ofertar também o curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Nos anos seguintes continuou com estas duas licenciaturas, já que não tinha aderido ao REUNI que era um programa do governo federal para a expansão e reestruturação das universidades brasileiras, em especial as da região norte.

Porém, nesse ano de 2007 ampliou sua estrutura física, com a aquisição de mais quatro prédios, que faziam também parte do antigo Centro de Formação de Professores Primários. Essa conquista não se deu sem que houvesse, também, momentos de tensão e lutas. Vale ressaltar que durante o programa de governo itinerante ocorrido em 2006, quando o governo do estado ficou alguns dias na

cidade de Tocantinópolis, e escolheu o Campus de Tocantinópolis para a instalação de seu governo.

Após os trâmites de transferência dos prédios para a UFT, o Campus iniciou uma longa reforma, não só nestes prédios, as em todo o Campus, o que possibilitou a instalação de biblioteca em um espaço amplo e com bastante espaço para estudos individuais em um dos prédios adquiridos. Criou um Laboratório de informática, uma casa para abrigar estudantes de outras localidades, e outros espaços para projetos de pesquisas e laboratoriais.

É importante destacar que nessa época o Campus já contava com alguns laboratórios, todos propostos pelos docentes do curso de Pedagogia, tais como: a Brinquedoteca Mario de Andrade; o Laboratório de Apoio Pedagógico especializado (LAPES); o Centro de Documentação e Memória Timbira e o Laboratório de audiovisual (Bússola). Depois da entrega dos prédios reformados, outros espaços foram criados, como as salas dos Centros Acadêmicos e a sala do Cine Clubinho.

Em 2013, o Campus aprova seu o Plano de Expansão, através do qual apresenta uma Proposta para a implantação, até 2022, de novos cursos de graduação acadêmicos e tecnológicos. Propõe também a abertura de cursos de pós-graduação *lato sensu*, um programa de pós-graduação *stricto sensu*. Propunha também a construção de um novo campus universitário, já que o atual não comportaria os cursos que se pretendia ofertar.

O planejamento da expansão do Campus de Tocantinópolis, leva em conta as características locais que a região apresenta e as estratégias da Universidade para que assim seja possível um ensino de qualidade que abrange os valores éticos, sociais e culturais deste lugar.

O objetivo principal do plano de expansão é garantir o direito da sociedade em geral de maneira igualitária à Universidade, onde será possível a comunidade ter a compreensão política, histórica e cultural de onde vive através da promoção de conhecimentos científicos e acadêmicos. (Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, 2013, p. 44).

A Proposta estabelece que a sua “meta central é colocar a Universidade à serviço da inclusão social”. Só assim, será possível oferecer oportunidades iguais a todos que precisarem. Nesse aspecto, a Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, alerta que:

A realidade socioeconômica de Tocantinópolis indica a necessidade de um tratamento diferenciado e específico por parte dos gestores públicos. No tocante à Universidade, deve-se buscar uma política de implementação de cursos que tenham em conta três fatores básicos: 1) demanda e envolvimento da população; 2) necessidade da atuação de profissionais no contexto local; e 3) mercado de trabalho. [...] (Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, 2013, p. 44).

Perante toda essa preocupação, pode ser compreendido que esse processo dinâmico na educação vai repercutir positivamente tanto na formação cidadã como também na produtividade de cada indivíduo, visto que se trata de um processo formativo mais atrativo. Para a Proposta “a universidade é o local por excelência para a discussão científica, e deve, por meio do diálogo com as outras instituições sociais, fomentar o debate, o envolvimento coletivo.” (2013, p.17).

Em 2014, o Campus começa a ofertar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, o qual “formará professores para atuarem nas salas de aula e, através da arte de da música, contribuirão para a formação de sujeitos críticos envolvidos com a cultura e a expressão artística.” (Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, 2013, p.76). Esse curso se inicia através de um programa específico do MEC e com financiamento próprio, sendo, depois de três anos, incorporado pela Campus.

Ainda em 2014 é dado início a construção do novo Campus, no qual foi dado apelido de “Campus Babaçu”, por ter sido construído em uma região de babaçuais. Infelizmente as obras foram paralisadas no início do ano seguinte, 2015 e assim permaneceu até 2017, situação que acarretou muitas dificuldades para a administração do Campus e manifestações por parte dos alunos, uma vez que a unidade Central já não comportava mais as demandas dos cursos.

Vale, portanto, destacar que dentre as manifestações, a ocupação do Campus pelos estudantes no final do ano de 2016. A ocupação se apoiava em uma ampla

pauta⁷, porém a principal reivindicação era a retomada das obras do novo Campus. Essa ocupação durou quarenta e cinco dias e causou um grande desgaste para toda a comunidade acadêmica. Inicialmente todas as atividades foram paralisadas, já que ninguém poderia adentrar ao Campus. Com as negociações algumas atividades foram permitidas pelos estudantes, porém as aulas foram comprometidas.

Ainda assim, no sentido de dar continuidade ao Plano de expansão, em 2015 começou a ser ofertado o curso de Licenciatura em Educação Física,

[...] o Curso de Educação Física tem como objetivo formar o profissional para exercer suas atividades na Educação Básica de maneira que esteja habilitado para refletir criticamente a respeito das práticas educacionais e sociais de sua área tendo como fundamento os conhecimentos científicos relacionados à Educação Física. (Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, 2013, p. 49).

Em 2016 foi criado o curso de Direito, porém não foi autorizada a sua abertura em seguida. Depois disso, devido a muitos acontecimentos políticos e financeiros o MEC e que afetaram a universidade como um todo, também não foram liberados códigos de vagas para professores. Somente depois de muita luta o curso de Direito tem prevista a entrada de sua primeira turma para o segundo semestre 2021.

Depois de anos de espera e paralisações sofridas pelos acadêmicos e comunidade em geral, em 2018 os primeiros prédios do novo Campus ficaram prontos e passaram a funcionar, visto que a antiga unidade (Centro) não tinha espaço suficiente e nem estrutura para acomodar a demanda de alunos.

Ao longo desses 30 anos, a Região do Bico do Papagaio progrediu no quadro educacional, pois hoje o Campus de Tocantinópolis não é o único a oferecer curso em nível superior, cidades como Augustinópolis e Araguatins dispõem de Campus universitários. O Campus da Unitins de Augustinópolis teve início na cidade com uma aula magna no dia 18 de agosto de 2014 e oferece os cursos de Ciências Contábeis, Direito e Enfermagem. Além da universidade pública, a cidade conta com mais 2 universidades privadas, Unicesumar e Unip. O Campus da Unitins de

⁷ É preciso destacar que a ocupação dos estudantes no Campus de Tocantinópolis era o reflexo de um movimento desencadeado em todo o país. Os estudantes se posicionaram contra as medidas políticas em nível da universidade, pelo pouco investimento no Campus e em nível nacional, pelas constantes medidas tomadas pelo governo federal que impactam na educação. (Relatório de Gestão, 2016, p. 25).

Araguatins teve início com aula magna no dia 15 de agosto de 2014, a unidade oferece os cursos de Letras e Pedagogia. A cidade também conta com uma Universidade privada, Unopar.

Em razão desses avanços da região, o número de pessoas com nível superior aumentou, já que houve um acréscimo no número de Universidades na região. Esse fator também contribui para o desenvolvimento que vai além da economia, como afirma Oliveira Jr.:

formar pessoas para melhor qualificá-las e torná-las inseridas em um mercado global no qual os lugares e as regiões assumem a função de dirigirem o crescimento econômico, o motor alavancado pelo ensino superior possui o papel de contribuir para a promoção do desenvolvimento, não apenas econômico, mas social e cultural. (OLIVEIRA JR., 2014, p. 2).

Mais uma mudança está ocorrendo no Campus de Tocantinópolis, a qual também é fruto de uma luta que se iniciou em 2015, para a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), a partir do desmembramento dos Campi de Araguaína e Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins. A luta partiu do anseio de servidores, estudantes e comunidade em geral por uma universidade mais representativa para a região norte do estado. Em 2016, o projeto de Lei 5472/2016, apresentado por políticos do estado, passou a tramitar nas instâncias do governo federal.

Após, uma constante luta, da comissão que tomou a frente das reivindicações, e o envolvimento da população civil e política a UFNT, que fizeram tramitar o projeto em todas as instâncias necessárias, foi criada pela Lei nº 13.856 de 08 de julho de 2019. A UFNT encontra-se em processo de transição, ou seja, saindo da estrutura organizacional da UFT e criando sua própria organização. Por enquanto, são apenas os Campus de Araguaína, que é a sede, e o de Tocantinópolis, mas o projeto prevê a criação de um campus em Xambioá e outro em Guaraí. Vale dizer que o processo de transição encontra-se em fase de conclusão

3. OS TRINTA ANOS DO CURSO DE PEDAGOGIA FORMANDO EDUCADORES

Há trinta anos o curso de Pedagogia vem sendo ofertado pelo Campus de Tocantinópolis, cuja proposta pedagógica já passou por várias revisões e atualizações em sua estrutura “quanto ao regime de oferta, a organização do espaço, a renovação do corpo docente e demais servidores” (PPC, 2007, p. 17). Vale lembrar que o curso de Pedagogia passou a ser ofertado pela Universidade do Tocantins (UNITINS), a partir do ano de 1991, tendo herdado a estrutura física e mobiliária do Centro de Formação de Professores Primário (CEPP). O PPC cita o quadro docente da época e a forma de ingresso das primeiras turmas:

No início, o quadro docente era formado por professores universitários com formação em cursos de graduação e/ou pós-graduação lato sensu (especialização). As primeiras turmas ingressaram sem vestibular, cuja seleção era feita através de análise das médias contidas no histórico escolar do ensino médio. (PPC, 2007, p. 17).

É possível perceber que as exigências eram bem menores, se comparado ao quadro docente atual, o que é natural, visto que, com o passar dos anos, veio a necessidade de melhor qualificação, tanto para atuação como docente quanto para os ingressantes da Universidade. Com o passar do tempo os professores perceberam que havia a necessidade de mudar o atual currículo do curso de pedagogia, para que assim fosse possível atender às exigências das políticas educacionais e alcançar o objetivo principal do curso, que é a formação de educadores.

A primeira turma do curso de Pedagogia ingressou em 1991 e teve seus alunos formandos em 1994. Os anos seguintes, até 1994, entrava apenas uma turma anual no período noturno. Somente a partir de 1995 é que passou a ingressar duas turmas, uma no período matutino e outra no período noturno. É importante destacar, também, que o curso estava sempre em constante reorganização, de maneira que, a partir da terceira turma (1993), os alunos já não foram mais selecionados pelo currículo escolar do segundo grau (ensino médio), mas por concurso vestibular.

A última turma a ser ofertada no formato anual, teve entrada em 1998 e saiu em 2001. Até aí, de acordo com Silva (2018), entraram 10 turmas e foram formados

336 pedagogos. A grande maioria dos formados atuam nas escolas da região, porém existe, um contingente de egressos que atuam em outras áreas, principalmente na área da saúde, até por causa da falta de outros cursos superiores que oferecessem outras formações. Alguns recorreram a uma segunda graduação.

Com relação ao quantitativo de entrada, que foram dez turmas com quarenta alunos, o que corresponde a quatrocentos alunos, e o número de formados destas dez turmas, trezentos e trinta e seis, houve uma perda de sessenta e quatro alunos, os quais se distribuídos nas dez turmas equivalem a um percentual de seis a sete alunos por turma. Considerando um gráfico que a Secretaria Acadêmica divulgou recentemente trazendo o número de 750 formados pela UFT, no período de 2003 a 2021, e incluindo os formados em Normal Superior e PARFOR, pode-se dizer que aquele modelo de Pedagogia Anual garantiu um bom aproveitamento das turmas.

Em atendimento aos princípios da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9304/96, iniciou-se, a partir de 1997, as discussões a respeito da elaboração de um novo Projeto Pedagógico para o curso de Pedagogia. Este PPC, deu entrada a uma turma de Pedagogia semestral que teve validade de 1999 a 2002.

Com a nova grade curricular aprovada, o curso de Pedagogia passou a formar professores apenas para atuar na docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, embora tenha uma ampla formação. Na justificativa do PPC encontra-se descrito o perfil desse novo pedagogo a ser formado:

Tendo a LDB 9304/96 como parâmetro para elaboração da nova proposta curricular e sempre amparada pela literatura pertinente, procurou-se elaborar uma grade curricular, cujo Profissional da Educação pudesse ter formação específica para o trabalho educativo e fosse capaz de atuar nas diversas áreas da educação formal e não-formal, tendo a docência como base de sua identidade profissional; seria ele considerado sujeito social e histórico, pertencente a um grupo social determinado que pudesse contribuir para a transformação social de forma crítica, criativa, ética e técnica; que fosse capaz de estabelecer diálogo entre sua área e as demais áreas do conhecimento, relacionando o conhecimento científico com a realidade social e propiciando a seus alunos a percepção da abrangência dessas relações e, ainda, que fosse capaz de articular ensino-pesquisa-extensão, na produção de conhecimentos e de novas práticas pedagógicas. (PPC, 1999-2002, p. 20).

Em 1999 o Campus de Tocantinópolis foi transformado, assim como outros campus da Unitins, em Centro de Formação de Profissionais da Educação (CEFOPE) e, em atendimento a alguns dispositivos da nova LDB, passa a oferecer o Curso Normal Superior, com o objetivo de formar, em nível superior, professores que não eram habilitados na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Assim, logo no ano seguinte, 2000, o Campus passou a oferecer uma turma do curso Normal Superior com habilitação para atuar na docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em 2001 entrou mais duas turmas para a mesma habilitação e, somente em 2002, passa a ofertar uma turma com a habilitação para docência na Educação Infantil, sendo, porém que foram ofertadas somente essas quatro turmas do curso Normal Superior.

Cabe ressaltar que o curso Normal Superior nasceu a partir de interpretações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9394/96) de que o docente deveria ser formado pelo curso Normal Superior e o curso de Pedagogia agora formaria o professor pesquisador e técnico em assuntos educacionais. Essa interpretação gerou inquietação e questionamentos quanto à qualidade de ensino e, a criação desse curso gerou uma certa polêmica institucional, principalmente entre os discentes, como caracteriza o PPC do Curso de Pedagogia (2007):

[...] Um dos episódios marcantes foi o Decreto que estabeleceu a obrigatoriedade de o curso Normal Superior ser oferecido “exclusivamente” em Institutos Superiores de Educação. Após diferentes manifestações de apoio e de discórdia das entidades educacionais, houve alteração quanto a esse ponto e o Decreto passa à nova redação, substituindo o termo “exclusivamente” por “preferencialmente”. Nesse contexto polêmico, ressaltou-se a discordância entre educadores sobre a real necessidade do Curso Normal Superior, uma vez que a Pedagogia já vinha suprindo essa necessidade. (PPC, 2007, p.18).

Essa finalidade era um dos motivos das polêmicas entre os especialistas que consideravam desnecessária a criação do curso Normal Superior, já que o Curso de Pedagogia, vinha atendendo as necessidades. (PPC, 2007, p.18). essas discussões se estendiam até as instâncias menores, como pode-se ler no Projeto Político do Curso de Pedagogia (2007).

No Campus de Tocantinópolis, e possivelmente, em universidades com situação similar, houve um conjunto de manifestações, entre elas, a não

habilitação para atuação nas matérias pedagógicas do magistério; a excessiva carga horária de Estágio (de 300 horas para 800 horas); a contraditória acusação depreciativa, especialmente a veiculada pela imprensa quanto por acadêmicos de outros cursos, de que o Curso Normal Superior é de qualidade universitária “inferior”. (PPC, 2007, p.18).

Em resposta a essa situação, o Campus de Tocantinópolis reuniu uma série de ações, nas quais são:

[...] criação da Coordenação de Curso; estudo sistemático do contexto de mudanças na Formação de Professores entre discentes, docentes e coordenação de curso; promoção de eventos acadêmicos para discussão e debate sobre o curso e o perfil do profissional em formação e contratação de professores com qualificação na área. (PPC, 2007, p.18).

O Curso Normal Superior começou a sofrer os primeiros impactos assim que foi implantado, em razão da propagação de críticas que eram vindas com frequência de especialistas e de teóricos de renome. A própria SESu advertia que “A LDB nº 9.394/96, ao definir o Curso Normal Superior como responsável pela formação de professores, tornou o curso de Pedagogia, ‘um dos temas mais polêmicos e de difícil regulamentação na área da graduação’”. (MEC/CNE/SESu, 2002, p. 03 Apud PPC, 2007, p. 16).

Com isso foi possível entender que:

[...] se poderia separar as atividades de formação das atividades de produção de conhecimento. Os Decretos 3.276/99 e 3.554/2000, as Resoluções 01/99, 01/2002, 02/2002 e o Parecer 133/2001 reforçam essa dicotomia, isto é, um curso para formar professores e outro para formar gestores.” (PPC, 2007, p. 19).

Não demorou muito para que os alunos perceberem as diferenças e as separações que apresentavam no novo Curso de Pedagogia.

O parágrafo único do artigo 67 da LDB e as Normativas da Secretaria Estadual de Educação, 004/02, 018/03, 019/2003 e 021/03 os impediam de assumir os cargos e funções escolares de direção, supervisão, orientação educacional e todos os demais que estivessem na condição de gestão, pois precisariam ter no mínimo um ano de experiência na docência. Perceberam também que não poderiam assumir a função de docência, pois o curso não os formava para tal. (PPC, 2007, p. 16).

Neste sentido, diversas reuniões foram realizadas pela Prograd/UFT em todo o ano de 2004 a fim de reorganizar os Cursos Normal Superior e de Pedagogia,

prevalecendo o entendimento de que a docência é a base da formação do pedagogo. Após isso, houve a fusão dos cursos, ficando apenas pedagogia, que perdia a habilitação em Administração Educacional. Agora eram dois PPCs com currículos diferentes, sendo Pedagogia com habilitação para a docência nos AIEF e Pedagogia com habilitação para a docência na Educação infantil. Esse formato prevaleceu até que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs, 2007), fizesse surgir uma nova concepção do curso de Pedagogia, cujo entendimento era o de uma pedagogia ampliada.

E assim, foi elaborado um novo PPC para o curso de Pedagogia, o qual entrou em vigor em 2007, cuja Proposta curricular opta “[...] pela organização dos conhecimentos em núcleos que articularão o saber científico, a pesquisa e as práticas educativas, considerando as dimensões: teórica, prática, ética e estética da educação”. O PPC Complementa ainda com o seguinte esclarecimento:

[...] o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Campus universitário de Tocantinópolis, em conformidade com os demais cursos da UFT, estabelece como organização geral de sua proposta curricular: um Núcleo de conteúdos Básicos, que trará os fundamentos para compreensão da sociedade e da formação humana; um Núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos, relativos ao campo da docência e da gestão educacional e compreensão do trabalho pedagógico; um Núcleo de estudos Integradores, o qual remete o acadêmico em busca de atividades culturais, de extensão e de pesquisa. (PPC, 2007, p. 49).

Este PPC permaneceu até o ano de 2019, quando novas diretrizes orientaram a reformava do projeto e um novo PPC foi elaborado passando a ofertar as novas turmas que entraram a partir de 2020.

3.1 - O Curso de Pedagogia e as mudanças nas Políticas de Formação Docente

Ao longo de seus trinta anos, buscando sempre oferecer uma formação de excelência, o Curso de Pedagogia passou por diversas mudanças na sua estrutura, conforme cita o PPC de Pedagogia (2007),

[...] tendo em vista a necessidade de repensar a formação do pedagogo no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), é que o Campus de Tocantinópolis, através do envolvimento do corpo docente e discente, tem realizado reflexões e debates para a construção de uma nova estrutura curricular para um novo curso de Pedagogia, que garanta formação mais

ampla. Estas reflexões têm nos revelado a complexidade e a responsabilidade de explicitar o perfil do curso que se quer realizar. (PPC, 2007, p. 26).

Como já mencionado, o Curso de Pedagogia iniciou suas atividades no Campus de Tocantinópolis, em 1991 e foi autorizado pelo MEC em 20 de abril de 1993. A estrutura curricular desse curso tinha como base legal a LDB nº 5.692/71 e permaneceu até 1998, pois no ano seguinte já estava em vigor as novas Diretrizes Curriculares. Assim, a última turma foi em 1998 e formou em 2001.

A partir de 1999, o curso passou a ter uma nova estrutura curricular, tendo como referência a LDB 9.304/96. Essa nova proposta visualizava uma formação de qualidade, porém, menos cansativa e de maneira mais prazerosa. Preocupados com a qualidade de ensino, a comissão se esforçou para mudar a estrutura curricular, conforme apresenta o PPC do Curso de Pedagogia 1999-2002:

O currículo em vigor apresenta uma carga horária semanal de 20h/a. A comissão sugeriu 22h/a, sendo 3 dias na semana com 4h/a e dois dias com 5h/a. Isto em virtude do conhecimento da realidade do aluno que ingressa no curso de pedagogia. Mais ou menos 30% da clientela atendida no curso não são de Tocantinópolis e se locomovem das suas cidades todos os dias a fim de conciliarem o trabalho com o estudo. (PPC, 1999-2002, p. 22).

O Curso de Pedagogia em regime regular possuía uma carga horária mínima de 2.505h. De acordo com o PPC de Pedagogia (1999, p. 130) essa carga horária era “[...] distribuídas por semestres, sendo oferecido o curso no turno matutino e noturno, integralizando-se no mínimo em oito semestres ou quatro anos e no máximo em doze semestres.”

O currículo abrangia uma série de disciplinas e atividades nas quais eram organizadas por semestres. O número de vagas por turma totalizava em 40 vagas, com turmas no período matutino e noturno onde os discentes teriam que ter uma carga horária média de 330 h por semestre.

Ao que diz respeito ao espaço de trabalho do pedagogo, pode ser distinguido que a formação vai muito além dos muros das escolas. No PPC de Pedagogia (2007), é possível encontrar o seguinte esclarecimento:

Considerando que a Pedagogia se aplica ao campo teórico investigativo da educação e ao campo do trabalho pedagógico que se realiza na práxis

social, entendemos que nosso compromisso será formar o pedagogo com uma formação integrada para atuar na docência das séries iniciais do ensino fundamental, na educação infantil, nas disciplinas da formação pedagógica do nível médio e na gestão dos espaços escolares e não escolares, bem como na produção e difusão do conhecimento do campo educacional. Como também credenciar o pedagogo para o exercício profissional nas áreas específicas, tais como: educação especial, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação ambiental e outras áreas emergentes do campo educacional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso. (PPC, 2007, p. 26 e 27).

É importante destacar que o Curso de Pedagogia ao ser criado, no Brasil, pretendia formar bacharéis “para ocuparem os cargos técnicos em educação” (CRUZ, 2012, p. 312). Conforme descrito pelo PPC do Curso de Pedagogia (2007):

O curso de Pedagogia foi institucionalizado em 1939 para formar bacharéis com duração de três anos de estudos em conteúdos específicos da área, ou seja, fundamentos e teorias educacionais. Para a aquisição do título de licenciado, aquele que pretendia atuar como professor, deveria cursar mais um ano de disciplinas voltadas para a Didática e a Prática de Ensino. Esse pacote ficou conhecido como o famoso esquema 3+1. (PPC, 2007, p.34).

O PPC de Pedagogia (2007) argumenta ainda sobre as importantes mudanças que a lei 5.540/68 trouxe em prol do Curso como pode-se observar:

Nesse curso, o licenciado formava-se para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas disciplinas pedagógicas do Magistério de nível médio. Com a Lei da Reforma Universitária 5.540, de 1968 o curso de Pedagogia passou a ofertar as habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional. As Diretrizes Curriculares elaboradas em 1999, com base no proposto pela LDB, propunham formar pedagogos especialistas em educação para atuar na gestão de sistemas de ensino e, como pesquisador. (PPC, 2007, p. 34).

Dessa forma o curso de Pedagogia, ofertado no ano de 1999, era um curso para formar o especialista em educação, pesquisador e o administrador educacional. Porém essa habilitação não encontrou muito apoio e no ano seguinte, o Campus passou a ofertar o curso Normal Superior, como já mencionado anteriormente, e depois novo reajusto é feito e em 2007 está consolidado o novo PPC do curso, com bases nas DCNs de 1996.

É importante refletir sobre a relevância que o curso de Pedagogia pode proporcionar para a região. Um dos objetivos principais da formação do pedagogo, é que o mesmo seja capaz “de atuar no planejamento e na gestão e avaliação de

estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares e de programas não escolares.” (PPC, 2007, p. 35). Ainda de acordo com o PPC, o formando em Pedagogia tem o direito de vários conhecimentos que irão refletir posteriormente enquanto pedagogos, habilidades para atuar como docentes, na gestão dos processos educativos escolares e não escolares etc.

[...] a formação em Pedagogia deve propiciar, ao longo do processo educativo, por meio de investigações, reflexões, críticas e experiências no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a articulação de contribuições de diversos campos do saber como a filosofia, a história, a antropologia, as ciências naturais, a psicologia, a sociologia, as letras e as artes, também dos campos da política e da economia. (PPC, 2007, p. 35).

Diante disso, pode-se perceber que o formando em Pedagogia, terá que estudar diferentes teorias, porém, ao longo do curso esses elementos de ensino passam a unir-se uns aos outros. (PPC, 2007, p. 32).

3.2 - Os Cursos oferecidos e os projetados pelo Campus de Tocantinópolis.

O Campus de Tocantinópolis completou trinta anos de sua criação em 2020 e, atualmente conta com cinco curso de graduação, um curso de especialização lato sensu e nenhum programa de pós-graduação stricto sensu, é bem verdade. Porém, revendo a história do Campus, como foi feito na seção anterior, pode-se entender que muitos implicadores, como: definição de identidade política, tentativas de privatização, de fechamento, de mudança de regime governamental, greves, falta de um corpo consolidado de servidores consolidado, dentre outros. Tudo isso, exigiu do curso de Pedagogia um desdobramento de esforços para levar a contento as atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como as lutas políticas que foram necessárias empreender para garantir a manutenção e o crescimento do Campus.

Portanto, a implantação do curso de Pedagogia foi e é extremamente importante para o campo docente, visto que sua finalidade é proporcionar um ensino com maior qualidade. Diante disso, houve mudanças geradas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Nº 9394/96, “na qual obrigava a formação, em nível superior, de professores não habilitados que atuavam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental até o ano 2007.” (PPC, 2007, p. 18)

Para a realização do novo Projeto Pedagógico do curso, em 2006, foi necessário verificar como estava a situação socioeconômica, cultural e educacional da região, como também justificativas da necessidade do curso. Foi realizado então, um levantamento do espaço e região no qual o Campus está inserido, onde foi possível haver reconhecimento da realidade local, reflexões e posicionamentos diante das necessidades que a região apresenta. (PPC, 2007, p. 20)

Durante todos esses anos de existência, o Campus de Tocantinópolis tem formado um número bem expressivo de profissionais da educação. Inicialmente só pelo curso de Pedagogia, que passou por muitos ajustes e alterações ao longo de seus trinta anos, mas, também, pelos outros cursos de licenciatura que foram sendo ofertados no Campus. Diante desta situação, o PPC de 2007 destaca importantes contribuições que o Campus através do curso de Pedagogia, apesar de passar por várias mudanças:

[...] sempre procurou formar profissionais da educação comprometidos com políticas sociais que contribuíssem para a melhoria da qualidade do ensino e da vida em comunidade. Nesse sentido, contribuir com uma formação mais sólida e integral foi e é seu principal objetivo e, para que isso ocorra, assume mais uma vez um processo de reconstrução de seu Projeto Político Pedagógico. (PPC, 2007, p. 26).

Como foi possível perceber, o sistema de reelaboração do PPC é extremamente importante para melhorar a qualidade do curso, pois este deve se adequar com a realidade e necessidade da comunidade.

O PPC (2007, p. 26) justifica a ampliação do curso e a adequação do perfil do pedagogo da seguinte forma:

[...], concordamos com as entidades: ANFOPE, ANPED e FORUMDIR para as quais o curso de Pedagogia, como uma licenciatura não pode conduzir uma concepção restrita de docência em que a formação profissional focalize apenas as questões referentes aos processos de construção do conhecimento, desconsiderando as outras dimensões que definem a organização do trabalho escolar, especialmente a gestão educacional e, do mesmo modo, desconsiderando o contexto mais amplo em que esses processos se desenvolvem. (PPC, 2007, p. 26).

É de conhecimento de muitos que o curso de Pedagogia estende a sua atuação a vários espaços, tanto escolares como não escolares, porém, ainda há uma grande parcela de pessoas que tem a ideia do curso de licenciatura em

Pedagogia como uma formação única e exclusiva limitada a salas de aulas. É importante destacar as atribuições que este curso oferece enquanto um campo de investigação:

[...] formar o pedagogo com uma formação integrada para atuar na docência das séries iniciais do ensino fundamental, na educação infantil, nas disciplinas da formação pedagógica do nível médio e na gestão dos espaços escolares e não escolares,[...].Como também credenciar o pedagogo para o exercício profissional nas áreas específicas, tais como: educação especial, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação ambiental e outras áreas emergentes do campo educacional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso. (PPC, 2007, p. 26 e 27).

De 1991 até 1998 o Campus ofertava somente o curso de Pedagogia. A partir de 1998 passou a ofertar, também, através de um convênio com a Secretaria do Estado da Educação (Seduc), outros cursos em Regime Especial (modulares), sendo: Letras em Tocantinópolis, Pedagogia em Colinas e em Araguatins. Em Colinas as aulas eram ministradas em um colégio cedido pelo estado; Em Araguatins eram ministradas em um espaço do estado que foi chamado de Centro de estudos de Araguatins e em Tocantinópolis, as aulas aconteciam na própria universidade.

No ano seguinte, através do Projeto MUDE (Municípios Unidos para o Desenvolvimento da Educação), ofereceu formação em nível médio para 170 professores de todos os municípios do Bico do Papagaio. E entre 2001 a 2004 ofertou, através de Convênio com a AMPID (Associação dos Municípios do Bico do Papagaio), o curso Normal Superior para a qualificações em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o curso de Geografia, no Centro de Estudos de Araguatins e no Campus de Tocantinópolis.

No ano de 2001 o alcance do Campus se ampliou ainda mais, a partir da inserção no Projeto Alvorada do governo Federal, a partir do qual passou a ofertar novos cursos, os quais foram: Ciências com habilitação em Matemática, em Química, em Física e em Biologia; História; Geografia; Letra com habilitação em Inglês e Pedagogia. Estes cursos eram ofertados na modalidade modular nos períodos das férias de janeiro e julho, no Centro de Estudos de Araguatins e em Tocantinópolis.

No tocante aos cursos regulares, além do curso de Pedagogia, o Campus foi dando entrada, ainda que de forma paulatina, a outros cursos, sendo: em 2007, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais; em 2014, o curso de licenciatura em Educação do Campo e em 2015, o curso de licenciatura em Educação Física. Em 2016 aprovou a criação do curso de Direito, que ainda não foi autorizado.

No ano de 2006, várias reuniões foram realizadas para definir prioridades da política de expansão da UFT e desenvolver linhas de ação para a oferta de novos cursos. Assim, o Campus elencou vários cursos, realizou pesquisas com alunos de ensino médio na região e, embora aparecesse outros cursos como de maior interesse, o colegiado decidiu por dar a entrada primeiramente no curso Licenciatura em **Ciências Sociais**, como esclarece o Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (Campus de Tocantinópolis),

[...] o curso de **Ciências Sociais** foi criado em 2006, Parecer nº 001/2006, autorizado no dia 24 de maio de 2006, funcionamento no dia 01 de agosto de 2007, reconhecido no dia 01.11.2011, com a nota 4, atendendo ao disposto pelas Diretrizes Curriculares da área. Apresentando a seguinte estrutura organizacional: Licenciatura em Ciências Sociais, modalidade presencial, carga horária mínima – 2.885 horas, disponibilizando 80 vagas. (PPC, 2016, p. 22).

O curso de Ciências Sociais está diretamente ligado à promoção de uma variedade de trabalhos de pesquisa e reflexão da região no qual está inserido. Como caracteriza o próprio Projeto Pedagógico (PPC, 2016, p. 22) “[...]uma região que foi objeto de estudos para pesquisadores de outras regiões do país, poderá formar, agora, professores-pesquisadores para refletir e intervir na sua própria região.”

De acordo com o PPC, a organização didático-pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, dar-se da seguinte forma:

A organização didático pedagógica do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFT tem como base conceitual e estrutural as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Ciências Sociais (Parecer CNE/CES 492/2001) e do Parecer CNE/CP 009/2001 que trata da Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. (PPC, 2016, p.35).

O objetivo inicial do Curso de Ciências Sociais é formar profissionais capacitados a ler criticamente a realidade social, política e econômica da região do

Bico do Papagaio. O curso almeja uma formação ampla na qual possibilita o profissional a ocupar diversas áreas que vão de setores público, privado e não-governamentais (ONGs). O PPC do curso descreve a licenciatura da seguinte forma:

[...] Em se tratando de licenciatura, o cientista social deverá ser capaz de atuar na educação básica e superior comprometido com a garantia da qualidade da educação e desenvolver pesquisas e projetos educacionais ancoradas por ampla formação acadêmica teórica e prática sólidas. No Ensino Médio, o licenciado atuará no ensino de Sociologia e a partir da área de pós-graduação que escolher (Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Educação, e áreas afins) lecionará também em outras áreas... (PPC, 2016, p.38).

Ainda sobre a variedade de campo de atuação que o curso possibilita o profissional, o PPC afirma que:

A diversidade de atuação do cientista social faz do curso um cabedal de muitas possibilidades, embora seja importante deixar claro que curso algum possui a priori um mercado a comportar imediatamente os egressos: esse é um intenso processo de mediação que a universidade deverá exercitar junto às esferas pública, privada, os movimentos sociais, entre outros. De acordo com documentos oficiais, o licenciado em Ciências Sociais poderá trabalhar no ensino da Sociologia para o ensino fundamental e médio. (PPC, 2016, p.39).

Em 2013 foi implantado o curso de Licenciatura em Educação do Campo, que não estava no Proposta de novos cursos, mas acabou adentrando ao Plano. Através do PPC do curso e de outros documentos que contam sua história foi possível compreender como se deu sua criação e trajetória, conforme os seguintes esclarecimentos:

A Universidade Federal do Tocantins - UFT, ao considerar as questões relativas à educação do campo e a situação desigual a que a população do campo historicamente tem sido submetida, participou de edital para formação de professores do campo: escola ativa e Projovem Campo Saberes da Terra para os profissionais com atuação em educação do campo, em consonância às necessidades culturais, aos direitos sociais e à formação integral das crianças, jovens e adultos do campo - agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e reassentados da reforma agrária, acampados, quilombolas, indígenas, dentre outros. (PPC, 2016, p. 20).

A concretização do curso foi possível através de vários fatores, um dos motivos que foi extremamente significativo, de acordo com o PPC do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (2016), “foi a demanda dos trabalhadores e trabalhadoras do campo manifestadas pelas associações comunitárias localizadas no Bico do Papagaio.” (PPC, 2016, p. 20).

É importante deixar claro que antes mesmo do curso de Educação do Campo ser implantado na UFT Campus de Tocantinópolis, já possuía um espaço de reflexão sobre a realidade camponesa como caracteriza o PPC do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (2016):

[...] o Campus de Tocantinópolis desde 2010, possui um Grupo de Estudos e Pesquisas- GEPE Cultura Política, linhas de pesquisa: Movimentos Sociais, questões agrárias e Educação do Campo; Artes, música e literatura no contexto da educação do campo e Educação do campo, identidade e memória que vem articulando ações de Ensino, Pesquisa e Extensão na área da Educação do Campo. (PPC, 2016, p. 20).

A intenção do Curso em Licenciatura de Educação do Campo na Universidade Federal do Tocantins - UFT é remover o histórico que foi posto aos povos que moram no campo.

Ao que diz respeito a luta principal da Educação do Campo, o PPC do Curso de Educação do Campo (2016) utiliza-se da argumentação:

A luta principal da Educação do Campo tem sido por políticas públicas que garantam o direito da população do campo à educação, e a uma educação que seja no e do campo. Um dos fundamentos da Educação do Campo é que só há sentido em construir processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo, vinculados à construção de outro tipo de modelo de desenvolvimento. A base fundamental de sustentação da Educação do Campo é que o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; de novas relações entre o rural e o urbano. São relações que revelam vários tipos e formas de ocupação do espaço no campo brasileiro e no Estado do Tocantins. (PPC, 2016, p. 23).

Dando continuidade, ainda utilizando o PPC do Curso de Educação do Campo (2016), coloca em destaque como se deu a origem do Curso de Educação do Campo:

A criação de um curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo faz parte de uma ampla ação do Ministério da Educação – MEC, iniciada em 2003, de promover uma política nacional de educação do campo. Essa política começou a ser formulada pela antiga Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, atualmente Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, através da Coordenação Geral de Educação do Campo – CGED. (PPC, 2016, p. 30).

Ainda com o PPC do Curso de Educação do Campo (2016) em mãos, será possível compreender o que o curso almeja através do seu objetivo:

Pretende-se formar um profissional capaz de: (i) exercer a docência multidisciplinar, a partir da área de conhecimento propostas, a saber: Códigos e Linguagens; (ii) participar da gestão de processos educativos escolares; (iii) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, para além da prática escolar. (PPC, 2016, p. 35).

Sobre o Campo de atuação profissional, o PPC do Curso de Educação do Campo afirma que:

O campo de atuação do Licenciado em Educação do Campo pode abranger as seguintes áreas:

- Docência na Educação Fundamental, nos anos finais e no Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos adquiridos de forma multidisciplinar em uma área de conhecimento prevista, especialmente nas escolas do campo;
- Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, a avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação do campo e escolas rurais / do campo;
- Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares;
- Atuação pedagógica junto às comunidades rurais, no desenvolvimento trabalho pedagógico com as famílias, grupos sociais, cooperativas, associações e movimentos sociais, junto às lideranças e equipes e para a implementação (técnica e organizativa) de projetos de desenvolvimento comunitário sustentável;
- Atuar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos do campo em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo. (PPC, 2016, p. 38).

Também em 2013 a universidade concluiu a elaboração de um novo Plano de Expansão na qual todos os Campi apresentavam suas proposições de novos cursos até 2022. O documento do Campus, intitulado, “Proposta de Implantação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis” prevê a criação de 14 novos cursos, sendo

cinco de licenciaturas e/ou bacharelados e nove cursos tecnólogos. O Relatório de Gestão do ano de 2015, informa que as discussões para a criação de um plano de expansão tiveram início em 2012 e envolveram a participação de representantes políticos e civis da cidade que refletiam a política de universalização do ensino superior que vem sendo implementada pelo governo federal e,

...como resposta à exigência de consolidação do Campus, o Plano de Expansão traz a proposição de construção de um novo Campus e da criação de diversos cursos Acadêmicos (Artes, Educação Física, Psicologia, Nutrição, Farmácia etc.) e Tecnólogos (Saneamento Ambiental, Design Gráfico, Construção de Edifícios, Agroecologia, Rede de Computadores, Geoprocessamento etc.) a serem implantados gradativamente até o ano de 2022, propõe também a criação de uma programa de pós-graduação em nível *stricto sensu* e cursos de pós-graduação *lato sensu*. (Relatório de Gestão, 2015, p. 12).

De acordo com a Proposta, os três primeiros cursos a serem ofertados eram: Tecnólogo em Design Gráfico (2014.4) e Tecnologia em Construção de Edifícios (2015.1) e Direito (2016.2). Porém o Conselho Diretor logo o alterou, trocando de ordem de entrada o Design Gráfico pelo de Saneamento Ambiental. Em 2014 esses três cursos (Direito, Saneamento Ambiental e Construção de Edifícios) foram pactuados junto ao MEC com a previsão de início e de quantitativo de professores. Mas o Conselho Diretor, fez novamente uma mudança e trocou a ordem de entrada do curso de Saneamento Ambiental pelo curso de Educação Física.

Dessa forma, em 2015, foi implantado mais um curso Superior do Campus de Tocantinópolis, o Curso de **Educação Física**, o qual responde a um desejo que vinha sendo mostrado nas pesquisas realizadas, o que demonstra a sua relevância para a região.

Na região do Bico do Papagaio, faltam profissionais de Educação Física para atuar nas escolas. O Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Licenciatura em Educação Física vem destacar o seguinte:

[...] Raras são as escolas que podem contar com a presença de um professor formado na área. Conforme dados de 2012 disponibilizados pela Diretoria Regional de Ensino de Tocantinópolis, constatou-se que nos 11 municípios que compõe esta regional, existem 12 professores formados na área e 17 professores sem a habilitação necessária atuando nas 34 escolas da regional. Vemos então que a maioria dos professores que assumem essa disciplina possui outras formações, o que prejudica a realização de um

trabalho que atenda a perspectiva de uma verdadeira educação física. (PPC, 2014, p. 25).

Assim como toda disciplina, a Educação Física também compõe o currículo obrigatório, onde da mesma forma que outras disciplinas, a Educação Física também é um componente curricular de extrema importância.

Seguindo com ao Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Licenciatura em Educação Física, o documento coloca em destaque os ambientes nos quais a educação física está inserida:

A educação física se inscreve assim em espaços escolares e não escolares, que na região do Bico do Papagaio existem, como: academias para o público em geral (I9 Fitness; Corpus Ativos, Equilíbrio); para pessoas da terceira idade (Academia da Melhor Idade – AMI), programas estaduais como PETI, CREAS, CRAS, APAE, Centro Esportivo, etc., que também justificam a implantação do curso, pois há carência de profissionais da área, isto faz a necessidade no futuro de se criar também o curso de bacharelado. (PPC, 2014, p. 26).

O papel de educador e orientador de indivíduos, é o ofício que o profissional de Educação Física irá exercer, seja em espaços escolares ou não escolares, como descrito no objetivo do Curso no Projeto Pedagógico (PPC):

Proporcionar uma formação profissional atuante na área de Educação Física, na Educação Básica, tendo em vista o desenvolvimento de habilidades necessárias aos egressos do curso, para que possam expressar, no exercício profissional docente, uma visão social de seu papel como educador e orientador de indivíduos, quando do exercício de sua cidadania. (PPC, 2014, p. 27).

Como descrito no Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Licenciatura em Educação Física, foi estabelecido pela Resolução N° 7/2004 o seguinte:

A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados as atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.” (PPC, 2014, p. 28).

Como caracteriza o Projeto Pedagógico (PPC), o egresso do Curso de Licenciatura em Educação Física, deverá atuar na Educação Básica e na Educação Profissional segundo o parecer CNE/CES 0138/2002:

O licenciado em Educação Física atua na área formal, desenvolvendo seu trabalho no magistério para a Educação Infantil, ensino Fundamental (1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano) e Médio. Sua função é promover a Educação através das práticas esportivas, jogos, ginástica, lutas e expressões corporais, com o objetivo de evidenciar os aspectos da aprendizagem e do desenvolvimento motor, cognitivo, psíquico e social. Em termos profissionais, a preparação do Licenciado em Educação Física está orientada para sua atuação na escolarização básica (parecer CNE/CES 0138/2002.), planejando, implementando e avaliando programas de educação física escolar. (PPC, 2014, p. 29).

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Campus Universitário de Tocantinópolis, possui sua organização curricular da seguinte forma:

busca constituir uma forte integração curricular e didático-pedagógica com o Curso de Pedagogia, Ciências Sociais e Educação do Campo. Esta articulação envolve o conhecimento do sujeito humano em geral e do espaço escolar em particular, inscritos num contexto econômico, social, político e cultural historicamente constituído. Envolve também conhecimentos relacionados ao processo de apropriação pessoal do conhecimento por parte dos licenciados (a iniciação a pesquisa) e a sua transmissão (os processos didático-pedagógicos). (PPC, 2014, p. 32).

O mais recente curso aprovado é o curso de Bacharel em Direito, aprovado pela Resolução nº 24 de 08 de dezembro de 2016, a qual “Dispõe a Criação do Curso de Direito no Câmpus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins”

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de Direito no Câmpus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins.

Parágrafo único. Para a implantação do curso mencionado no caput deste artigo é necessária a disponibilidade de dotação orçamentária do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para a construção da infraestrutura física, acervo bibliográfico para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e liberação de códigos de vagas para servidores técnico-administrativos e docentes.

Com relação a oferta de cursos de Pós-Graduação, o Campus já tem uma tradição em relação aos cursos lato sensu, sendo que foram ofertados, tendo como base o curso de Pedagogia, os cursos de especialização em: Educação Matemática, Gestão Educacional, Docência no Ensino Superior, Gestão e organização do

Trabalho Pedagógico e, atualmente oferece o curso de Educação Infantil. Com relação à pós-graduação *stricto sensu*, o Campus já submeteu duas Propostas, uma pelo Colegiado de Pedagogia, Mestrado em Educação e outra pelo curso de Ciências Sociais e Pedagogia, Mestrado Interdisciplinar. Ambos não foram aprovados em sua primeira versão e aguarda para serem submetidos novamente.

4. IMPORTÂNCIA SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS

Ao longo desses 30 anos, o Campus de Tocantinópolis conseguiu ter uma inserção bastante significativa na região do Bico do Papagaio, principalmente nos primeiros quinze anos pelo fato de ter sido, por muitos anos, a única referência de instituição de ensino superior que atendia toda a região. A importância do Campus não se deu, e nem se dá, só pelo grande número de formados, mas, porque “sempre procurou formar profissionais da educação comprometidos com políticas sociais que contribuíssem para a melhoria da qualidade do ensino e da vida em comunidade.” (PPP, 2007, p. 26). E aqui destaca-se o curso de Pedagogia que tem sido a base da existência do Campus e por ser objeto deste estudo, juntamente com o Campus.

Sabe-se que a universidade é uma instituição milenar, e que as universidades foram criadas desde a era clássica e se tornaram o lugar de construção e da disseminação de conhecimentos. Por isso, a produção de conhecimento é a cerne da universidade, mas é também o lugar da resistência, o lugar da reflexão, da proposição e o lugar da inclusão. Além do campo educacional voltado para o ensino, o Campus de Tocantinópolis é extremamente importante não só para a população tocantinopolina, mas também para alunos das cidades vizinhas e até mesmo de outros estados.

De acordo com Bosco (2017, s/p.) “a Universidade é o lugar privilegiado para uma educação dirigida às exigências de nossos tempos. Atribui-se a ela a responsabilidade de educar e, devido a isso, formar o futuro de um país”. Para Kraemer; Martins (2004), “as universidades são diariamente chamadas a exercer um papel de liderança na proposição de uma forma de educação inter(trans) disciplinar

que comporte uma dimensão ética e que tenha por objetivo conceber soluções para os problemas ligados ao desenvolvimento sustentável”. Acrescentam ainda que:

A universidade é, dentre as várias instituições de ensino formal, aquela à qual compete ministrar o mais elevado grau de ensino, o superior, ou seja, o da educação para máxima capacitação e qualificação dos seus cidadãos na resolução e antecipação dos problemas que mais a afetam. E para cumprir esta missão, a universidade busca incessantemente as raízes e soluções desses problemas, por meio da investigação e do desenvolvimento de metodologias e ferramentas novas e inovativas. (KRAEMER; MARTINS, 2004, s/p.)

Um dos propósitos que este capítulo buscou alcançar, foi o de apresentar o conhecimento que a população tocantinopolina e cidades vizinhas possuem acerca da Universidade Federal do Tocantins, Campus Tocantinópolis, da sua magnitude para com os cidadãos, bem como sua historicidade.

Para isso foi realizada uma pesquisa com diferentes grupos de pessoas para perceber como elas viam a universidade, qual o grau de conhecimento sobre o Campus e que valor atribuíam a essa instituição universitária.

4.1 - A Pesquisa de Campo

Considerando o atual momento pandêmico, que impossibilitou a realização de uma larga pesquisa de opinião, a coleta de dados foi realizada por meio do Google formulários e com questionários composto de apenas quatro questões básicas, sendo três fechadas e uma semiaberta; para os grupos específicos foi acrescida uma quinta questão com pergunta exclusiva para a área. A pesquisa foi direcionada a sujeitos de quatro públicos distintos: profissionais da educação; comerciantes; políticos; estudantes e pessoas da comunidade em geral.

Devido a pandemia da Covid-19 e a necessidade de distanciamento social, os participantes da pesquisa foram contactados de diferentes maneiras, sendo, na maioria, contactados via rede social WhatsApp e poucos, sobretudo, os comerciantes foram contactados presencialmente em seus estabelecimentos de trabalho. Durante o contato foram apresentadas as questões e solicitada a livre decisão de participar ou não; foi informado que suas identidades seriam preservadas

e, assim, livremente, todos consentiram em participar, sem a necessidade de assinatura de um termo de consentimento.

As perguntas foram voltadas para o grau de conhecimento dos entrevistados sobre a universidade, assim como a importância desta para a cidade e região. O motivo pela escolha desses quatro públicos se deu, justamente por considerar-se que seriam um bom demonstrativo de como a sociedade tocantinopolina, que é composta por diferentes sujeitos, representaria as concepções acerca da Universidade, Campus de Tocantinópolis.

Vale ressaltar que, mesmo utilizando-se do meio digital, o link do questionário foi encaminhado a um número bem significativo de pessoas de todas as categorias, porém o retorno foi muito reduzido, principalmente a pesquisa com políticos, conforme o quadro abaixo. Esse é um dado que merece reflexão, pois quanto ao público contactado pessoalmente, todos responderam e demonstraram-se contentes em participar. Queriam, inclusive, conversar, saber mais sobre a universidade.

Quadro 1 - Número de pessoas que responderam à pesquisa

Sujeitos pesquisados	Amostragem
Estudantes e Comunidade em geral	11
Profissionais da educação	12
Comerciantes	12
Políticos	04
Total de respostas	39

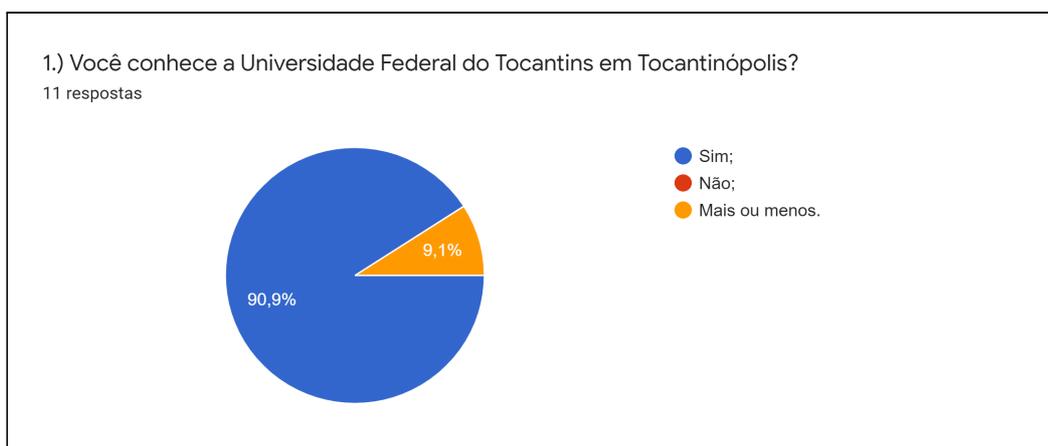
Fonte: Pesquisa de campo
Nota: tabela gerada pela autora

4.1.1 – A análise dos dados coletados

a) Grupo I - Estudantes e Comunidade em geral:

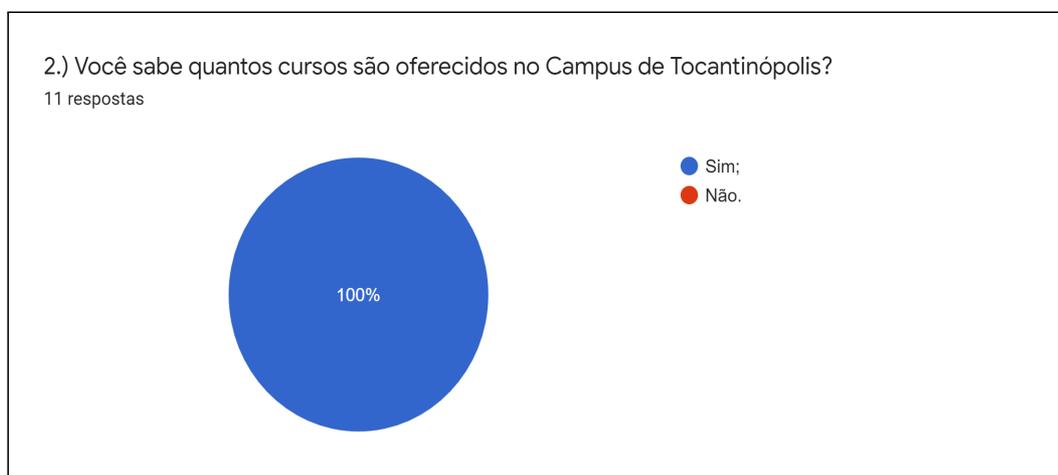
O primeiro grupo de perguntas foi encaminhado a estudantes e pessoas pertencentes à comunidade em geral, e deste grupo, recebeu-se um total de **onze** questionários respondidos.

Gráfico 1 - questão 01



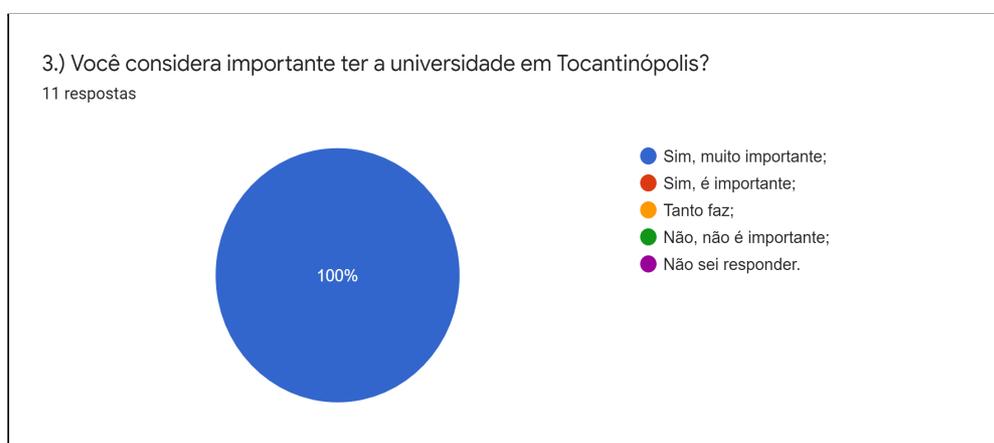
Fonte: Pesquisa com estudantes e comunidade em geral (2021).
Nota: Gráfico elaborado pelo Google Forms.

A pergunta, como pode-se ver, foi direta e aparentemente simples, porque quando se pergunta ou se responde que conhece a universidade é preciso perguntar “o que”, pois, pode se tratar da estrutura física – os prédios, ou se tratar das atividades realizadas pela instituição. Porém a grandíssima maioria respondeu positivamente. Fica ainda a pergunta: será que o percentual que os 90% são respostas de estudantes, que pela lógica, conhecem a universidade, e o restante são de pessoas da comunidade em geral?

Gráfico 2 - questão 02

Fonte: Pesquisa com estudantes e comunidade em geral (2021)
Nota: Gráfico elaborado pelo Google Forms.

Com relação ao número de cursos ofertados pelo Campus, que hoje é um total de quatro cursos, todos responderam que conhecem a quantidade de cursos que são ofertados. Aqui, também percebe-se a necessidade de um complemento, para checagem desse conhecimento, caberia sugerir que os respondentes citassem os nomes dos cursos. Só assim poderia se ter a certeza de que realmente conhecem quais os cursos são ofertados pelo Campus na cidade de Tocantinópolis.

Gráfico 3 - questão 03

Fonte: Pesquisa com estudantes e comunidade em geral (2021)
Nota: Gráfico elaborado pelo Google Forms

Sabe-se que uma Universidade tem muito a oferecer para uma cidade, e quando se trata de uma Universidade pública, imediatamente é pensado em direitos e inclusão ao público a qual se destina. Todos os onze entrevistados consideram importante o fato de a cidade de Tocantinópolis possuir uma Universidade.

A relevância que a UFT possui diante da comunidade é gigantesca, pois traz uma formação de excelência, na qual propicia aos acadêmicos circularem por várias áreas de conhecimento, priorizando sempre a qualidade de ensino e transformando os sujeitos que dela são servidos, os tornando pessoas bem mais informados perante a sociedade. Nesse sentido, perguntou-se o seguinte:

Gráfico 4 - questão 04



Fonte: Pesquisa com estudantes e comunidade em geral (2021)

Nota: Gráfico elaborado pelo Google Forms.

São vários elementos responsáveis para o progresso de uma cidade, a existência de uma Universidade sem dúvida auxilia bastante no desenvolvimento local. A grande maioria dos entrevistados concordam que a universidade contribui sim para o desenvolvimento da cidade. Assim como não houve nenhum entrevistado que desconsiderasse o valor da presença do Campus e seus cursos para a cidade e região, como pode-se ler no relato de um entrevistado a seguir:

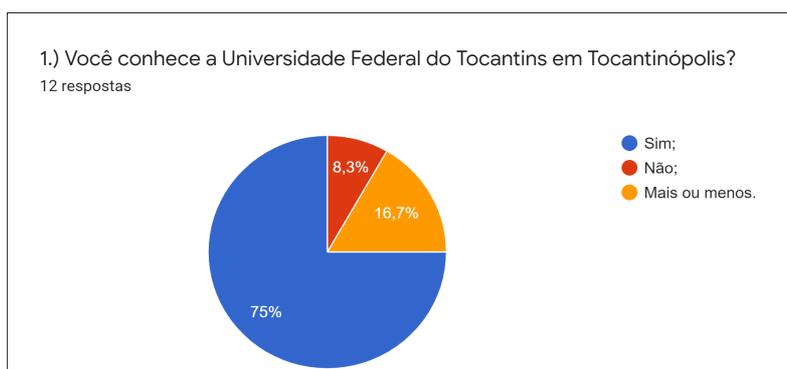
- Além de contribuir para o desenvolvimento da cidade, é de fundamental importância na vida dos jovens e adultos, pois propicia uma formação de qualidade, com foco no ensino, na pesquisa e extensão, tornando-os mais consciente de seu papel na sociedade, que vai auxiliar de forma significativa em sua vida profissional e pessoal. A população conta com a oportunidade

de fazer um curso superior sem se deslocar para outra cidade ou estado. (Entrevistado 07).

b) Grupo II - Profissionais da Educação

É importante salientar que parte do público desses entrevistados são ex-alunos da UFT e, também, residentes de Tocantinópolis. **Doze** profissionais da educação se dispuseram a responder e devolver o questionário online.

Gráfico 5 - questão 01

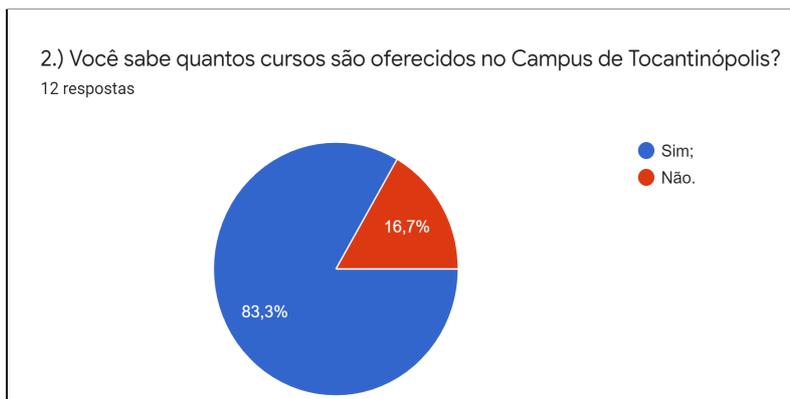


Fonte: Pesquisa com profissionais da educação (2021)

Nota: Gráfico elaborado pelo Google Forms

Como pode ser notado no gráfico, a grande maioria diz conhecer a UFT, Campus de Tocantinópolis. e muito provavelmente o número que respondeu positivamente são os egressos do Campus ou do curso de Pedagogia.

Gráfico 6 - questão 02



Fonte: Pesquisa com profissionais da educação (2021)

Nota: Gráfico elaborado pelo Google Forms

Neste gráfico fica evidente que o número de educadores que conhecem os cursos oferecidos pelo Campus é bem maior que os que não conhecem. E mais uma vez supõe-se que quem diz conhecer são pessoas que tiveram contato mais direto, como os egressos do Campus que hoje trabalham na educação em toda a região.

Gráfico 7 - questão 03



Fonte: Pesquisa com profissionais da educação (2021)
Nota: Gráfico elaborado pelo Google Forms

O fato de Tocantinópolis ter uma universidade a qual possibilita formar profissionais da educação de qualidade, atrai pessoas tanto da própria cidade como também de outras localidades, como descrito a seguir por um entrevistado:

- Nossa cidade é um polo regional que atende um fluxo de várias cidades pequenas ao redor. Abre um leque de oportunidade para os jovens das regiões próximas. (Entrevistado 09).

Deste modo, fica evidente a relevância que a Universidade Federal do Tocantins tem na vida dos sujeitos que de alguma maneira fazem parte dela, a qual é considerada por todos os entrevistados, elemento fundamental para o desenvolvimento e educação de Tocantinópolis como mostra os gráficos abaixo:

Gráfico 8 - questão 04

Fonte: Pesquisa com profissionais da educação (2021)

Nota: Gráfico elaborado pelo Google Forms

E, por fim, fez-se uma pergunta voltada exclusivamente para a profissão dos respondentes, e as respostas foram positivas na sua totalidade, conforme representado no gráfico.

Gráfico 9 - questão 05

Fonte: Pesquisa com profissionais da educação (2021)

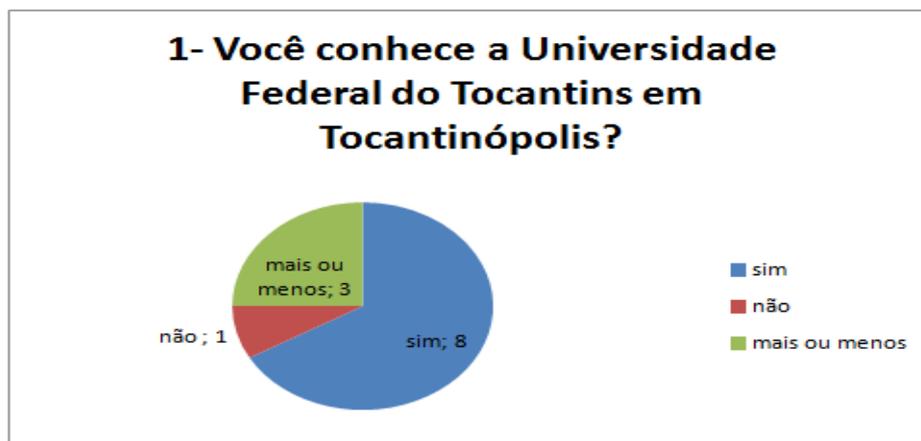
Nota: Gráfico elaborado pelo Google Forms

c) Grupo III - Profissionais do Comércio

Partindo para o setor comercial, uma área que é bastante atenta aos avanços da cidade, vê-se, pelas respostas que os comerciantes são bastantes positivos com relação a UFT e o Campus de Tocantinópolis. Foi possível entrevistar **Doze**

peessoas, sendo que a maioria disse conhecer a Universidade. As perguntas aos comerciantes foram feitas presencialmente e em forma de conversa informal. Todos se sentiram muito à vontade para responder as perguntas.

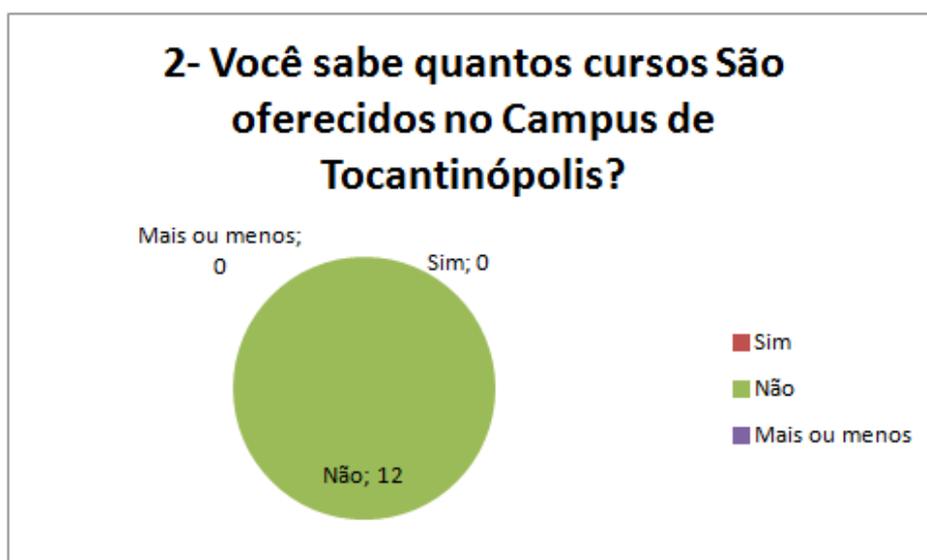
Gráfico 10 - questão 01



Fonte: Pesquisa com profissionais do comércio (2021)
Nota: Gráfico gerado pelo autor

A resposta positiva sobre conhecer a Universidade, parece desconexa e leva a vários questionamentos, já que quando se perguntou sobre os cursos, todos foram unânimes em responder que não sabem o número de cursos oferecidos pelo Campus de Tocantinópolis, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11 - questão 02



Fonte: Pesquisa com profissionais do comércio (2021)
Nota: Gráfico gerado pelo autor

Por outro lado, é extremamente agradável perceber que as pessoas enxergam a Universidade como um componente de muito valor para a cidade de Tocantinópolis, de maneira que todos os entrevistados, embora tivessem outras opções de respostas, afirmaram como “muito importante” a presença da universidade para a cidade.

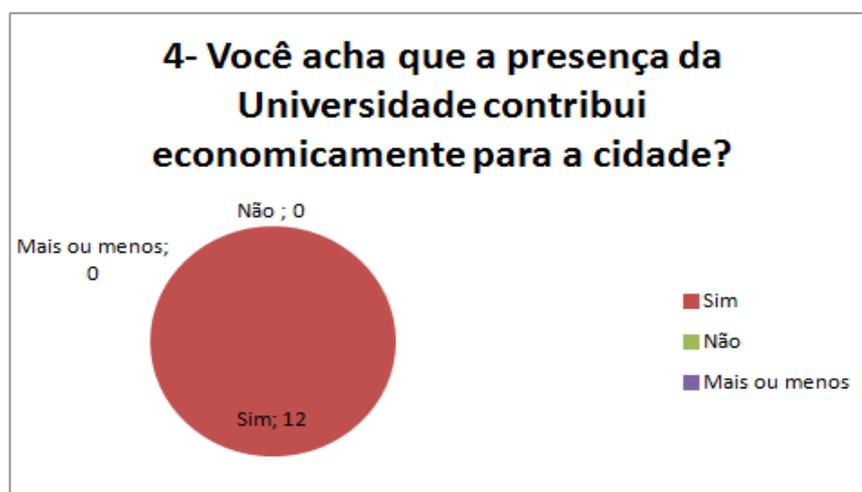
Gráfico 12 - questão 03



Fonte: Pesquisa com profissionais do comércio (2021)
Nota: Gráfico gerado pelo autor.

Quando a pergunta foi se a presença da universidade contribui para o desenvolvimento econômico da cidade, novamente os comerciantes foram precisos em afirmar positivamente, como representado no gráfico e relatado a seguir:

Gráfico 13 - questão 04



Fonte: Pesquisa com profissionais do comércio (2021)
Nota: Gráfico gerado pelo autor

Os comerciantes parecem ter muita consciência da importância do Campus, como representante da universidade e seu papel além da educação.

- Além da educação, traz recursos para a cidade. (Entrevistado 05)

- A universidade é o desenvolvimento da cidade. (Entrevistado 09)

Para os comerciantes resolveu-se perguntar se sabiam que havia sido criada a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), a partir do desmembramento dos Campi de Araguaína e Tocantinópolis da UFT. A metade respondeu que sabia, outros tantos disseram que não sabiam e dois disseram que tinham ouvido falar. Dois dos que responderam “sim” mostraram-se preocupados e perguntaram se teria o mesmo peso e se não iria desvalorizar e disseram que gostaria de saber mais sobre essa transformação.

Os comerciantes foram muito receptivos, demonstraram um grande interesse pelo Campus e curiosidade pelos cursos. Fizeram sugestões de cursos tais como voltados para as áreas de contábeis, comércio e informática. Alguns perguntaram por “aqueles cursos que nas férias traziam um monte de gente” e que movimentavam o comércio, principalmente no setor de aluguel de casa e alimentação.

d) Grupo IV - Profissionais da Política

O número de entrevistados do público político foi bem menor, apenas **quatro pessoas** se disponibilizaram a devolver o questionário. Essa falta foi sentida, já que se tem o entendimento de que os políticos têm a missão de ser um conhecedor do que é, ou não, relevante para a cidade e ter conhecimento da Universidade Federal do Tocantins em Tocantinópolis é fundamental.

Gráfico 14 - questão 01

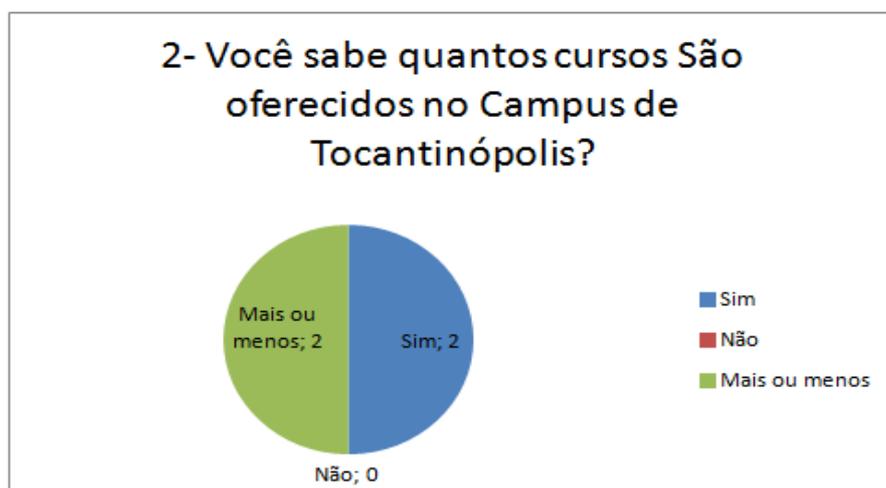


Fonte: Pesquisa com profissionais da política (2021)

Nota: Gráfico gerado pelo autor

É importante destacar que, em Tocantinópolis, o questionário foi encaminhado, via link do google formulários para 11 profissionais da política, porém somente quatro devolveram o questionário. Estes foram unânimes em responder que conhecem a universidade assim como a consideram muito importante.

Gráfico 15 - questão 02



Fonte: Pesquisa com profissionais da política (2021)

Nota: Gráfico gerado pelo autor

Já quando se perguntou se conheciam o número de cursos ofertados pelo Campus de Tocantinópolis, apenas a metade (50%) disse ter conhecimento.

No entanto, por mais que alguns dos entrevistados não tenham conhecimento dos cursos que há na Universidade, todos julgaram muito importante a existência da mesma na cidade.

Gráfico 16 - questão 03



Fonte: Pesquisa com profissionais da política (2021)

Nota: Gráfico gerado pelo autor

Também reconhecem que a universidade pode cooperar inclusive na formação política, como apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 17 - questão 04



Fonte: Pesquisa com profissionais da política (2021)

Nota: Gráfico gerado pelo autor

Para os políticos também resolveu-se perguntar se sabiam que havia sido criada a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) a partir do desmembramento dos Campi de Araguaína e Tocantinópolis da UFT e a surpresa foi verificar que apenas a metade disse que sabia da UFNT. Infelizmente parece ter havido um certo desinteresse da parte dos políticos pela universidade e pelo Campus, o que é surpreendente já que muitos deles foram formados aqui.

4.2 – Reflexão sobre os resultados

É importante destacar que essa pesquisa, por menor que tenha sido a sua amostragem, traz alguns pontos que precisam ser refletidos, tanto no sentido das perguntas elaboradas e das técnicas de coleta de dados, como nas respostas emitidas pelos respondentes.

Do ponto de vista das questões elaboradas, é preciso dizer que, a emissão das respostas demonstrou que foram muito diretas e que um “sim” ou “não” como resposta, é muito simplificador e não possibilitam apreender a percepção dos respondentes sobre a universidade e o Campus. Da mesma forma, a técnica de coleta de dados, via formulário online, exigia uma certa simplificação, a qual pode ser justificada.

Como já mencionado, devido ao contexto de isolamento social promovido pela pandemia da Covid-19, não foi possível realizar a pesquisa como planejado, ou seja, com entrevista presencial e gravada. Por isso, recorreu-se ao uso de formulários online que foram encaminhados às pessoas e muitas delas não responderam, apesar de serem informados que seriam apenas poucas questões e bem simplificadas.

Considera-se que a simplificação dos questionários, assim como o baixo retorno desfavorece o entendimento de qual é a verdadeira representação do Campus e da universidade para a comunidade. Isso fica perceptível nas respostas, muitas vezes contraditórias, como, por exemplo, dizerem que conhecem a

universidade, mas não sabem quais os cursos oferecidos pelo Campus de Tocantinópolis.

Outra falha considerada importante que foi cometida, foi não ter perguntado aos respondentes se eram egressos do Campus e do curso de Pedagogia; não questionar se costumavam vir ou se já estiveram no Campus. Também não foi feita nenhuma pergunta sobre o curso de Pedagogia, embora acredite-se que a maioria dos egressos que, porventura, responderam aos formulários, tenham cursado Pedagogia.

No entanto, essa pequena amostragem trouxe alguma noção de como a comunidade tem a universidade como um bem da cidade e que ela é muito importante para o engrandecimento da cidade. Pode-se, inclusive, interpretar que sentem orgulho de ter um Campus universitário e sabem o quanto ele representa social, econômico e culturalmente, assim como melhora a educação.

Considera-se também importante ressaltar que essa pequena amostragem provoca a necessidade de um estudo teórico sobre as relações que a universidade tem com a comunidade, através de suas ações de ensino, de pesquisa, de extensão e de cultura; relação com a economia do município já que tem uma quantidade relevante de alunos bolsistas, de servidores que alugam casas, que compram no comércio local. Refletir também, sobre a relação entre o mundo acadêmico e a vida profissional, social e a formação política, porém, estas reflexões já seriam um outro trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se contar a história das lutas enfrentadas pelo Campus de Tocantinópolis e destacar a sua resistência frente aos grandes desafios até conseguir permanecer e se estabelecer como universidade pública que oferece ensino de qualidade em sua trajetória de trinta anos. Para isso foi necessário fazer uma abordagem histórica da região do Bico do Papagaio desde 1970, quando ainda existia o Centro de Formação de Professores Primários (CFPP), o qual pode

ser considerado como a primeira base da vocação naquele lugar como um lugar de formação de professores.

Esta pesquisa foi desenvolvida no período de pandemia, momento onde ocorreram várias dificuldades na produção do trabalho, como, por exemplo, a coleta de alguns dados, tanto da parte bibliográfica e documental, pois nem tudo está digitalizado e nem se pode ir ao Centro de Memória do Campus, assim como e pesquisa de campo, que carecia de um contato mais direto com os sujeitos pesquisados.

Contudo, aprofundar na história da criação do Campus foi um trabalho minucioso, pois se trata da memória de uma universidade na qual está inserida na região do Bico do Papagaio, local que dispõe de uma rica diversidade cultural e, também, de recursos naturais. Foi muito gratificante pesquisar sobre a região, assim como foi rico conhecer uma série de documentos institucionais que trazem dados importantes sobre a região e sobre o Campus.

A pesquisa, que por meio de algumas particularidades atribuídas para chegar na ideia central do trabalho, conseguiu, através de um amplo referencial teórico, trazer com detalhes a história social e política de trinta anos da Universidade Federal do Tocantins Campus de Tocantinópolis. Uma universidade que, até chegar a ser inserida no sistema federal, passou por muitas batalhas, causando momentos de muita insegurança. Ter hoje uma universidade federal na cidade de Tocantinópolis é, sem dúvida, de grande valia, pois foi fruto de muito esforço.

Com o passar do tempo e lutas incessantes, ocorreram várias mudanças nas quais afetaram também os acadêmicos, como por exemplo, o processo de privatização que se fortaleceu em 1998, onde foi necessário haver o primeiro movimento estudantil de todos os campi do estado. Todas as lutas contra a privatização e ao fechamento do Campus ocorridas pelos alunos, professores, servidores e comunidade geral, foram extremamente relevantes para o nosso contexto atual.

Pioneiro da universidade, sendo ofertado desde 1991 ainda pela Universidade do Tocantins (UNITINS), o curso de Pedagogia foi responsável por formar vários

profissionais da educação, onde sua primeira turma foi formada em 1994. Passou por muitas mudanças na sua estrutura curricular, buscando sempre viabilizar uma formação de qualidade. Uma das mudanças no Curso de Pedagogia foi a formação de um professor pesquisador e técnico em assuntos educacionais, onde o Pedagogo passa a atuar além das salas de aulas, ou seja, em ambientes escolares e não escolares.

A existência de um Campus universitário em Tocantinópolis, é considerado pela população como um recurso muito relevante para a cidade, colocado por muitos como precursor de recursos e desenvolvimento da mesma, além de contribuir para toda região, uma vez que o Campus atende Tocantinópolis e cidades vizinhas.

É importante destacar que o Campus é prestigiado não apenas na função social e política, mas também pela qualidade da formação oferecida; pelos projetos de pesquisa que desenvolve e pelas ações de extensão que realiza junto aos acadêmicos e a comunidade. E foram muitas ações durante todos estes anos.

A título de conclusão, vale ainda destacar que, embora seja um curso da área de humanas, o curso disponibiliza aos alunos e a comunidade seus espaços e laboratórios, como espaços onde pode ser desenvolvidos projetos de pesquisas e ações de ensino, extensão e cultura. Do curso de Pedagogia, atualmente estão em funcionamento os seguintes espaços e Laboratórios: Brinquedoteca Mario de Andrade, criada em 2005, alocada na Ala A da Unidade Centro; O Laboratório Interdisciplinar de Apoio Pedagógico (LIAPE), também criado em 2005. Nessa época se chamava LAPES (Laboratório de apoio pedagógico especializado), depois sofreu algumas modificações e foi reestruturado em 2013 como LIAPE e está instalado no Bloco C da unidade Centro e o Centro de Memória da Educação (CEMED), criado em 2014 e instalado junto à Biblioteca da unidade Babaçu.

Enfim, dá-se por concluído este trabalho, trazendo as suas contribuições para a preservação da história e da memória do curso de Pedagogia e do Campus, as quais considera-se de grande valia. Apesar das dificuldades que limitaram o trabalho, nota-se que foi possível contar a história que a UFT, Campus de Tocantinópolis vivenciou, uma história repleta de lutas e desafios que o Campus, através dos seus servidores, estabeleceu para a sua permanência, como

universidade pública apresentando os aspectos sociais e políticos que motivaram nas conquistas até então, onde se comemora os trinta anos do Campus.

6. REFERÊNCIAS:

AMORIM, Hubcaro N. S., VIEIRA, Edson T. **Pecuária na Amazônia: melhora na produção leiteira ante o desmatamento e programas de assentamentos na região do Bico do Papagaio/TO**. Revista extensão - 2020 - v. 4, n. 2.

APA - TO. **Os territórios quilombolas no Tocantins**. 2012.

BEZERRA...

BOSCO, Jean Paolo. A universidade como pilar na produção do conhecimento. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5304, 8 jan. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61517>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CASSIMIRO, Maria do Rosário. **Uma universidade para o Tocantins**. Goiânia, GO: Kelps, 1996.

CRUZ, Giseli Barreto Da. Curso de Pedagogia no Brasil: História e Formação com Pedagogos Primordiais. **Cadernos De Pesquisa** v.42 n.145 p.298-329 jan./abr. 2012.

GERALDIN, Odair, APINAGÉ, Cassiano S. **Perspectivas históricas sob a perspectiva dos Apinaje**. Tellus, Campo Grande, MS, ano 19, n. 38, p. 237-288, jan./abr. 2019.

<https://adetuc.to.gov.br/desenvolvimento-da-cultura/tocantins---historia-/j-trajetoria-de-luta-pela-criacao-do-tocantins/>

<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/ensino-pesquisa-e-extensao-o-que-sao-e-como-funcionam> (acesso em: 15/07/2021)

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira; MARTINS, Janae Gonçalves. **A Educação a distância no ensino superior: um olhar sobre a sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/131-TC-D2.htm>. Acesso em 21 de julho de 2021.

LE GOFF, Jacques, 1924, **História e memória**, 7.ed. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2013.

LIMA, Mariana. **CRÉDITAS**. <<https://www.creditas.com/exponencial/o-que-e-pib/>> Acesso em: 02 mar. 2021.

LOCATELLI, Arinalda Silva; LOCATELLI, Cleomar; PEREIRA, Fabíola Andrade; LOPES, Francisca R.; FILHO, Francisco Gonsalves; ARAÚJO, Nataniel da Vera-Cruz G. In: (orgs). **O Curso de pedagogia no norte do Tocantins: história, memória e reflexões**. Goiânia - GO, Ed. da PUC Goiás, 2011.

OLIVEIRA JR, Antônio de. **A universidade como polo de desenvolvimento local/regional**. Caderno de Geografia, v.24, número especial 1, 2014

PADOVAN, Regina Célia. **Memória e Formação docente: Índícios e Registros da Identidade Educacional da Região do Bico do Papagaio**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.20, p. 45 - 51, dez. 2005

PIMENTA, Selma Garrido et al. **Os cursos de licenciatura em pedagogia: fragilidade na formação inicial do professor polivalente**. Educ. Pesquisa., São Paulo, v.43, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2017;

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. Disponível em:
<<https://dados.gov.br/dataset>> Acesso em: 26 fev. 2021.

SECRETARIA DA FAZENDA. Disponível em:
<<http://www.sefaz.to.gov.br/estatistica/estatistica/produto-interno-bruto-pib-do-tocantins/municipal/>> Acesso em: 26 fev. 2021.

SILVA, Thatielle Alves da,. **História, imagens e memória do curso de Pedagogia e do Campus de Tocantinópolis: 1990 a 2015**. Monografia de Graduação. UFT, Campus de Tocantinópolis, 2018.

SOUSA, Juliane G., SANTOS, Jocyleia S., PINHO, M. José. **História e memória no contexto de federalização UNITINS/UFT: A luta por uma instituição pública gratuita no norte do Tocantins**. Revista Outras Fronteira, Cuiabá - MT, vol.3, n.1, jan/jun., 2016.

SOUZA, Maria Antônia de, 2019, **ANPEd: rumo a meio século de lutas por educação e democracia**. Revista Brasileira de Educação v. 24.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC)**, 2016.

UFT/Campus de Tocantinópolis. Projeto de Mestrado em Educação, 2017.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia Semestral (PPC)**, 1999.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia (PPC)**, 2007.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (PPC)**, 2016.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (PPC)**, 2014.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física (PPC)**, 2016.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Projeto Pedagógico do Curso Normal Superior - Educação Infantil (PPC)**, 2000.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Projeto Pedagógico do Curso Normal Superior - Educação Infantil e Ensino Fundamental (PPC)**, 2000.

UFT/Campus de Tocantinópolis. Projeto Político Pedagógico (PPP), 2007.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Proposta de Implementação de Novos Cursos**, 2013.

UFT/Campus de Tocantinópolis. Relatório de Gestão, 2015.

UFT/Campus de Tocantinópolis. Relatório de Gestão, 2016.

UNITINS Universidade Federal do Tocantins. **Campus Araguatins**. Disponível em: <<https://www.unitins.br/nportal/campus-araguatins>> Acesso em: 13 de jan. de 2021

UNITINS Universidade Federal do Tocantins. **Campus Augustinópolis**. Disponível em: <<https://www.unitins.br/nportal/campus-augustinopolis>> Acesso em: 13 de jan. de 2021.

UNITINS, Universidade Estadual do Tocantins. **Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Unitins**. Disponível em: <<https://www.unitins.br/nportal/portal/page/show/historico>> Acesso em: 23 fev. 2021.